



Índice

- 01** [Edital beneficia organizações de povos e comunidades tradicionais da Amazonia](#)
- 02** [Vergonha! Ministério da Justiça quer que Funai esclareça dúvidas sobre demarcação de terra indígena](#)
- 03** [RJ – Pescadores cobram indenização da Petrobras por vazamento na Baía de Guanabara](#)
- 04** [35 anos de escuridão: o incerto futuro dos índios atingidos por Belo Monte](#)
- 05** [Marcha em defesa das terras sagradas Tupinambás, 14 a 16/03](#)
- 06** [Grileiros colocam cercas elétricas e veneno em campos naturais da Baixada para perseguir comunidades quilombolas](#)
- 07** [Dilma decreta "Estado de Exceção" e envia Exército para conflito no sul da Bahia](#)
- 08** [MA – Empresário de Codó desafia a justiça e invade quilombo Puraquê com máquinas e jagunços](#)
- 09** [Deputado e entidades denunciam Heinze e Moreira por racismo, homofobia e incitação à violência](#)
- 10** [Justiça manda Força Nacional garantir segurança de índios no Mato Grosso do Sul](#)
- 11** [Comichão Nacional da Meia Verdade ouvirá índios no Mato Grosso do Sul](#)
- 12** [URGENTE - Explode mais um confito entre índios e a polícia na Bahia](#)



- 13** Projeto para melhorar atendimento à mulher e à criança indígena é apresentado à Sespa
- 14** Cacique Aruã fala sobre conflitos de terra na região Sul
- 15** Governo capacita Agentes Comunitários Indígenas de Saúde
- 16** Ministro da Saúde deve participar de audiência conjunta no Senado
- 17** Heinze, o PP e 2014
- 18** Quilombolas pedem cassação dos mandatos de Luíz Heinze e Alceu Moreira
- 19** Especulação imobiliária está cada vez maior em torno das comunidades remanescentes de quilombos
- 20** Brasil deixou de aplicar R\$ 300 mi em prevenção ao racismo
- 21** Quilombo de Pilar do Sul luta para receber terras
- 22** Gilberto Carvalho rebate deputado que disse que quilombolas, índios e gays não prestam
- 23** ANTT aponta possibilidade de iniciar obras do contorno viário em 15 de abril
- 24** PF cumpre mandados de prisão em aldeia indígena do MS
- 25** Indígenas seguem com protesto, mas encerram bloqueio da MS-156
- 26** Prefeitura do Rio quer retomar cota para negros e índios em concursos
- 27** Polícia Federal prende dois índios e recupera veículo da Sesai em Tacuru
- 28** Frente quer punição para deputado por declarações contra índios e gays
- 29** Governador da Bahia quer pressa na demarcação e expulsão dos agricultores.



Boletim de Notícias - Edição nº 32./ 2014

Brasília, 19 de fevereiro de 2014.

"Quem se sentir prejudicado pode entrar na Justiça", diz Jaques Wagner

- 30** Iasi: a missão cumprida de um guerreiro
- 31** Um aviso aos defensores do Progresso e aos povos do Tapajós
- 32** Carta Aberta do GTA/RO: Assembleia Legislativa aprova o fim da Resex Jaci-Paraná e vai consolidando processo de destruição das florestas de Rondônia

Editais beneficia organizações de povos e comunidades tradicionais da Amazonia
SÍTIO PORTAL DE AGROECOLOGIA DA AMAZÔNIA, 18.02.2014



Sistema agroflorestal no Trairão-PA, comunidade do Batata enriquecendo a Amazônia com produtos orgânicos
Foto: arquivo Fundo Dema.

Acordo entre CONAB e BNDES apoia projetos para organizações de povos e comunidades tradicionais na Amazônia priorizando agricultores familiares que cultivam com base no sistema de produção agroecológico ou orgânico, mulheres, jovens e povos e comunidades tradicionais – formados em sua maioria por quilombolas e indígenas.

Organizações que já atenderam ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) ou do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) ou, ainda, da Política de Garantia de Preços Mínimos para os Produtos da Sociobiodiversidade (PGPM-Bio) também são prioridade.

Vejam o edital abaixo:

Acordo Conab e BNDES: Inscrições de projetos podem ser feitas a partir desta semana

Cooperativas e associações da agricultura familiar interessadas em investir no fortalecimento dos processos de produção já podem se candidatar ao apoio financeiro disponibilizado por meio do acordo entre a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). As inscrições começaram nesta segunda-feira (17) e vão até 31 de março.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 32./ 2014

Brasília, 19 de fevereiro de 2014.

Neste segundo edital, serão investidos R\$ 15 milhões em projetos que visam solucionar gargalos operacionais das organizações produtivas, permitindo expandir suas atividades, aprimorar as condições de trabalho no meio rural e proporcionar ampliação da renda dos produtores.

O edital prevê duas faixas de apoio, uma de R\$ 70 mil destinada apenas a organizações de produtores familiares de comprovadamente base agroecológicas ou orgânicos e às associações e cooperativas formadas exclusivamente por mulheres, e outra de R\$ 50 mil, voltada para os demais interessados.

Nesta segunda chamada, os recursos estão veiculados à quantidade de beneficiários que o projeto irá atender. O edital prevê um teto de R\$ 2 mil por beneficiário para os projetos de até R\$ 50 mil e R\$ 2,8 mil para os projetos de até R\$ 70 mil. O projeto deve apresentar no mínimo 10 beneficiários

Os interessados devem fazer o download do programa ProjetosNet disponível no site da Conab e preencher os dados requeridos. É necessário, também, encaminhar a documentação exigida para a Superintendência Regional do Estado em que a organização está sediada. O prazo para cadastro das propostas termina em 31 de março.

Requisitos

Podem se candidatar aos recursos não reembolsáveis cooperativas ou associações de produtores rurais de base familiar constituídas há mais de dois anos. Os interessados devem apresentar o Documento de Aptidão ao PRONAF (DAP).

É necessário também comprovar realização de, no mínimo, uma operação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) ou do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) ou, ainda, da Política de Garantia de Preços Mínimos para os Produtos da Sociobiodiversidade (PGPM-Bio). Terão prioridade os agricultores familiares que cultivam com base no sistema de produção agroecológico ou orgânico, mulheres, jovens e povos e comunidades tradicionais – formados em sua maioria por quilombolas e indígenas.

O resultado final da seleção será publicado no Diário Oficial da União (D.O.U), e disponibilizado nos portais da Conab (www.conab.gov.br) e do BNDES (www.bndes.gov.br). (Flávia Agnello/Conab)

Mais informações para a imprensa:
Superintendência de Marketing e Comunicação
Gerência de Imprensa
(61) 3312-6338/ 6344/ 6393/ 2256
imprensa@conab.gov.br

Vergonha! Ministério da Justiça quer que Funai esclareça dúvidas sobre demarcação de terra indígena

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 18.02.2014



Ministro da Justiça? Foto: Elza Fiúza – Agência Brasil

Alex Rodrigues – Repórter da Agência Brasil

Questionamentos a respeito dos critérios usados pela Fundação Nacional do Índio (Funai) para identificar uma área no sul da Bahia como território indígena levaram o Ministério da Justiça a devolver o processo administrativo e pedir esclarecimentos à entidade, paralisando o processo de demarcação da Terra Indígena Tupinambá de Olivença.

Segundo o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, o relatório da Funai foi impugnado administrativamente pela consultoria jurídica do ministério, que, após análise dos processos demarcatórios, identificou alguns pontos que a fundação precisa esclarecer para justificar a publicação, pela pasta, da portaria declaratória reconhecendo como território tradicional indígena a área identificada pela Funai. Feito isso, a última etapa para que a reserva tupinambá se torne uma realidade é a publicação do decreto da Presidência da República homologando o reconhecimento.

Cardozo informou que tomou conhecimento dos pontos controversos durante reunião com o governador da Bahia, Jaques Wagner, em outubro do ano passado. "Nessa reunião, foi apresentada uma série de impugnações [questionamentos] ao laudo da Funai. [As alegações contra a demarcação variavam desde] o estudo antropológico ter sido feito por uma antropóloga portuguesa de maneira equivocada, até que a demarcação teria sido arbitrária", disse hoje (18) o ministro da Justiça. "Após recebermos o laudo, pedi à consultoria jurídica que o analisasse e os consultores entenderam que a Funai tem que esclarecer alguns aspectos de seu laudo", acrescentou Cardozo, assegurando que o procedimento é comum em processos demarcatórios.

CONT.



Por meio de sua assessoria, a Funai também informou que a devolução de processos administrativos dessa natureza para o esclarecimento de dúvidas é comum e que não significa, a priori, que a demarcação tenha sido suspensa ou cancelada. A fundação tem 90 dias para responder às solicitações do ministério, mas informou ainda não ter recebido de volta o processo e, por isso, desconhecer os pontos que precisam ser elucidados.

A área identificada pela Funai ainda em 2009 mede 47.376 hectares (um hectare corresponde a 10 mil metros quadrados, o equivalente a um campo de futebol oficial). A disputa pela terra instalou na região uma situação semelhante à verificada em outros estados, como Mato Grosso do Sul, com hostilidades e confrontos entre índios e produtores rurais.

No último trimestre de 2013, um índio foi morto a tiros, um trabalhador rural foi baleado durante uma ocupação e três professores do Instituto Federal da Bahia foram agredidos após algumas pessoas identificarem que um deles era índio. Na cidade de Buerarema, principal foco dos conflitos, casas e veículos foram incendiados e prédios públicos depredados durante protestos contra a criação da terra indígena.

A pedido do governador Jaques Wagner, a Força Nacional foi enviada para a região e o efetivo da Polícia Militar foi reforçado, mas houve novos conflitos. As ocupações de propriedades rurais, segundo os próprios índios, foi a forma encontrada para cobrar do governo federal celeridade na conclusão da demarcação da terra indígena.

No último dia 10, o agricultor Juraci José dos Santos Santana, apontado como uma das lideranças de um assentamento da cidade de Una, foi morto em circunstâncias que continuam sendo investigadas. A morte gerou novos protestos violentos, levando a presidenta Dilma Rousseff a autorizar o envio de mais de 500 homens do Exército para tentar conter o clima tenso na região.



RJ – Pescadores cobram indenização da Petrobras por vazamento na Baía de Guanabara

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 18.02.2014

Isabela Vieira – Repórter da Agência Brasil

Um grupo de pescadores protestou hoje (18), em frente à sede da Petrobras, contra os danos ambientais causados pela estatal na Baía de Guanabara. Com redes de pesca, vestidos de preto, o grupo cobrou o pagamento de indenização estipulada em R\$ 1 bilhão pelo acidente que provocou o derramamento de 1,8 milhão de litros de óleo na baía, em 2000.

Segundo o Fórum de Pescadores e Amigos do Mar, o acidente causou uma série de impactos socioambientais e provocou a redução de 90% da pesca na região. Pelo dano, ocasionado por um problema em oleoduto da Petrobras, a Justiça condenou a empresa a pagar R\$ 1 bilhão de indenização. “Até hoje, a empresa não cumpriu a decisão. Os pescadores estão idosos, doentes, empobrecidos, venderam embarcações para pagar dívidas. Muitos morreram, suas viúvas estão abandonadas e os que sobraram não têm sustento”, disse o ambientalista Sérgio Ricardo, que integra o fórum. “Há um drama humano, queremos o diálogo”, completou. Procurada pela reportagem, a Petrobras não se pronunciou sobre o caso.

Da colônia de pescadores Z-10, de Niterói, Jane dos Santos, de 71 anos, participou do ato e relembrou os efeitos do vazamento. “[A baía] tinha garça rosa, garça cinza, tinha mexilhão, peixe-carapicu, maria-preta e cocoroca. A poluição acabou com tudo”, disse. Ela pescava 0,5 tonelada por dia antes do acidente. Depois, a média caiu para 200 quilos. “Tirava 40 panos de rede por dia, pescava muito, conheço todas as colônias do Rio. Parei de pescar pela idade, aposentei com um salário mínimo. Não dava mais”, completou.

Durante o protesto, os pescadores alertaram para existência de óleo remanescente nos manguezais e no fundo da baía, o que tem afetado a reprodução dos peixes até os dias de hoje e provocado o desaparecimento de espécies. “Todos os berçários de peixe foram consumidos pelo óleo da Petrobras”, disse o pescador Paulo Sérgio, de Niterói.

“O óleo afundou, mas fica lá, matando. Você joga uma linha e pode ver, ela volta suja de óleo. Então, todos os peixes que tinha, que se alimentavam do limo das pedras, e também o camarão, o boto, não existem mais”, explicou Paulo Sérgio, que é da Colônia Tubiacanga. Para sobreviver, ele conta que alguns pescadores alugam barcos para o turismo.

Para o Fórum de Pescadores, a expansão da indústria petroleira tem ocorrido sem “critérios técnicos e sem ouvir as comunidades impactadas” e ameaça a fauna e o meio de trabalho e vida dos pescadores. Eles cobram o zoneamento ecológico-econômico e demarcação de territórios pesqueiros pelo governo do estado.

A Secretaria Estadual do Ambiente também não respondeu sobre os procedimentos solicitados pelos pescadores.



35 anos de escuridão: o incerto futuro dos índios atingidos por Belo Monte

SÍTIO ISA, 18.02.2014

O Termo de Compromisso que deverá garantir os recursos para a implementação das ações de prevenção, mitigação e compensação dos impactos socioambientais aos povos indígenas atingidos pela usina de Belo Monte ao longo de 35 anos está sendo redigido pela Funai
Versão para impressão

O Termo de Compromisso de implementação do Projeto Básico Ambiental-Componente Indígena (PBA-CI) deveria ter sido escrito, pactuado e assinado 35 dias após a emissão da Licença de Instalação da obra, em janeiro de 2011, quando a usina começou a ser erguida. O PBA-CI prevê ações enquanto durar o atual contrato de concessão pública da usina, 35 anos a partir de 2010.

Um ofício assinado por Márcio Meira, então presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), previa a retirada compulsória da anuência da licença caso a Norte Energia, concessionária da usina, não assinasse o termo no prazo estabelecido (veja o documento). Três anos se passaram e metade da usina foi construída sem que o documento, que garante o cumprimento das responsabilidades da empresa e do governo, fosse pactuado.

A assinatura do termo foi a principal pauta de reivindicação de 300 indígenas que ocuparam por dois dias o escritório da Norte Energia (saiba mais). A tensão levou a atual presidente da Funai, Maria Augusta Assirati, a Altamira. Na última sexta-feira (14/2), ela chegou à cidade com a difícil tarefa de explicar aos índios quem pode resolver os três anos de inadimplência em Belo Monte antes da emissão da Licença de Operação, prevista para julho deste ano e que dá direito ao empreendedor encher os reservatórios e operar a usina.

Ministério Público Federal (MPF), Ministério da Educação, Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), Ministério do Planejamento, Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (Ibama) e a direção da Norte Energia participaram da reunião, que durou mais de 10 horas.

Os índios pediam também a retirada da anuência da obra pela Funai. "Eu quero uma resposta clara. O que a senhora tem pra nos dizer? Nós fizemos uma clara pergunta para a presidente e queremos uma resposta", disse Luis Xipaya à presidente, na abertura da reunião. Assirati não retirou a anuência da obra como pediam os índios e como recomendou o MPF durante o encontro.

"Enquanto o termo não for pactuado, não há possibilidade de cobrança da implementação do PBA. Não há garantia de estrutura e durabilidade dos 35 anos de implementação do PBA. Por isso, eu assumo esta demanda dos indígenas e neste momento, o MPF recomenda à Funai que suspenda a anuência da Licença de Instalação pelo não cumprimento da condicionante que estabelece a pactuação do Termo de Compromisso", disse, Thaís Santi, procuradora federal em Altamira.

CONT.



A presidente da Funai reagiu e garantiu aos índios que o termo será redigido e enviado até o dia 10 de março às 300 lideranças presentes na reunião. O diretor socioambiental da Norte Energia, João Pimentel, afirmou que estará presente no próximo encontro para a assinatura do Termo de Compromisso. A reunião foi agendada para o dia 17 de março.

“Se nesta data nós tivermos problemas com este documento, nós estamos assumindo o compromisso de tomar uma medida endurecida dentro do processo de licenciamento”, assegurou Assirati (veja vídeo abaixo).

“O Plano Operativo é um compromisso que ela [Norte Energia] fez sozinha para se autoeximir das suas responsabilidades. A lei de Belo Monte é o que está no Parecer 21, é o PBA. Foi o compromisso que eles assumiram para conseguir fazer com que Belo Monte fosse aprovada”, informou a procuradora.

Não é o que pensa Fernando Ribeiro, superintendente de Projetos Indígenas da Norte Energia. Ele deixou claro que a empresa só deve se comprometer com a implementação do Plano Operativo. “Criar política pública é inadmissível para o empreendedor, nós estamos apoiando”, disse.

O texto literal que define as responsabilidades do empreendedor no parecer de anuência da Funai a Belo Monte (Parecer Técnico 21/2009-FUNAI) é: “Garantir recursos para execução de todos os Planos, Programas e ações previstas no Estudo de Impacto Ambiental para o componente indígena durante todo o período de operação do empreendimento”.

Está nas mãos da Funai a definição de um Termo de Compromisso que traga clareza sobre as responsabilidades do empreendedor e do governo federal, para pactuar o que deveria estar pactuado há três anos, 35 dias após a autorização do início das obras, em 2011.



Boletim de Notícias - Edição nº 32./ 2014

Brasília, 19 de fevereiro de 2014.

Marcha em defesa das terras sagradas Tupinambás, 14 a 16/03

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 19.02.2014



A marcha dos povos da Cabruca e da Mata Atlântica em defesa das terras sagradas Tupinambás acontecerá de 14 a 16 de março, na Serra do Padeiro, integrando a luta permanente de índios e índias, agricultores e agricultoras, quilombolas e sem terra pela defesa de seus territórios.

Grileiros colocam cercas elétricas e veneno em campos naturais da Baixada para perseguir comunidades quilombolas

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 18.02.2014

A reunião realizada na Fetaema foi marcada por muita indignação



Ganha dimensão ampla no Maranhão, os conflitos agrários proporcionados por empresários rurais, grileiros aliados ao governo estadual e políticos. Eles têm maior intensidade em áreas quilombolas. Hoje, lideranças integrantes das Associações Quilombolas de São Caetano, Imbiral, Bom Jesus e Graça, localizadas no município de Matinha, estiveram reunidas na Fetaema, com as Secretarias Agrária e de Mulheres Lucia Vieira e Lina Soares e o assessor jurídico Diogo Cabral. Vieram denunciar as tensões cada vez mais fortes e que podem resultar em confrontos sérios. O vereador José Orlando dos Santos, Secretário Agrário do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Matinha, denunciou que criminosamente estão colocando cercas elétricas em campos naturais para o plantio de capim e criação de búfalos. O mais grave é que nas áreas em que vivem centenas de famílias passaram a colocar veneno em riachos e áreas de plantios, o que tem ocasionado mortes de peixes e aves, como tentativas para inviabilizar a subsistência de quilombolas e força-los a deixar as suas posses centenárias. As comunidades acusam os grileiros Hilton Gomes e outro conhecido como Franco, por todos os problemas que vêm sendo causados, inclusive colocando em risco a vida de centenas de pessoas com as cercas elétricas e o veneno.

Eles responsabilizam o Incra e o Iterma, pela problemática, uma vez que protelam a regularização fundiária de várias comunidades quilombolas, o que proporciona a audácia dos elementos ligados a políticos e bem próximo das duas instituições que têm o dever de encontrar uma solução para todos os casos de regularização fundiária.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 32./ 2014

Brasília, 19 de fevereiro de 2014.

Depois de uma ampla discussão e análise da real situação, as secretárias Lucia Vieira e Lina Soares e o advogado Diogo Cabral com as lideranças decidiram ter um encontro com as direções do Iterma e do Incra em busca de uma solução imediata para os conflitos, cobrando providências urgentes para que sejam retiradas cercas elétricas de campos naturais e análise de algumas áreas que receberam veneno. Eles entendem que é um caso sério para ser investigado pelas autoridades policiais e ambientais, antes que sejam registradas vítimas fatais. As lideranças quilombolas deixaram registrado que estão evitando confrontos, mas se houver pessoas prejudicadas pelas praticas criminosas com a utilização de cercas elétricas e veneno, não hesitarão em dar o troco e seja o que Deus quiser, salientaram eles, bastante indignados. A verdade é que fatos dessa natureza continuam ocorrendo no Maranhão com a conivência dos poderes constituídos e articulações marcadas por interesses políticos eleitorais.



Dilma decreta "Estado de Exceção" e envia Exército para conflito no sul da Bahia
SÍTIO CARTA CAPITAL, 18.02.2014

Forças Armadas serão utilizadas contra a população civil e irão atuar em meio a conflito por terras entre indígenas e não indígenas

por Felipe Milanez

A presidenta Dilma Rousseff decidiu pela suspensão da ordem e a implantação do "estado de exceção" para lidar com o crescente conflito por terras. A medida segue o trâmite legal que autoriza a "exceção", estabelece um período no tempo (trinta dias), e no espaço: o Sul da Bahia. O motivo é um problema de ordem civil, que decidiu-se enfrentar por braço militar: a regularização das terras indígenas. O uso do Exército contra civis foi determinado para "prevenir o agravamento dos conflitos que vêm ocorrendo entre índios tupinambás e produtores rurais", publicado na segunda-feira 17 de fevereiro, seguindo Portaria do Ministério da Defesa que dispõe sobre a Garantia da Lei e da Ordem. Cerca de 500 soldados foram deslocados. As Forças Armadas vão agir de uma forma ampla na região de Buerarema. A medida de "exceção" é válida, a princípio, até 14 de março.

O Exército, junto da Polícia Federal e da Força Nacional, tem sido frequentemente utilizado pela presidenta para tratar questões indígenas. Em seu mandato, a Polícia Federal protagonizou ações que acabaram levando à morte de dois indígenas, Adenilson Kirixi Munduruku (7 de novembro de 2012, no Pará), e Oziel Terena (30 de maio de 2013, no Mato Grosso do Sul). Ambos crimes terminaram com as forças de Estado protegidas pela impunidade.

Em dezembro do ano passado, no sul do Amazonas, indígenas Tenharim buscaram refúgio em um quartel do Exército para se protegerem de um genocídio organizado pela elite local, que incitou o ódio racial contra os índios e mobilizou uma multidão para atacá-los – algo que lembra o que se fazia, na mesma região, durante as correrias dos seringais. As investigações da Polícia Federal contra essa tentativa de se produzir um massacre, um brutal crime contra a humanidade, tampouco chegaram a conclusões sobre culpados.

O que ocorre agora na Bahia é um desenrolar de uma crise que se estende ao longo dos últimos anos no que toca aos direitos indígenas: a incapacidade do governo de fazer cumprir a Constituição. E a saída escolhida é a mais perigosa.

A medida foi condenada pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI) que, em comunicado, alertou para o perigo da militarização do conflito e expôs que a verdadeira justificativa utilizada pelo Planalto para determinar a Exceção seria a de expulsar os indígenas das terras que reivindicam, em vias de conclusão de processo administrativo de regularização: "Este argumento não é verdadeiro, já que muitos dos ataques contra a população indígena partem

CONT.



de não índios contrários à conclusão do processo administrativo. Por outro lado, muitos dos pequenos agricultores já afirmaram que apenas aguardam as indenizações para saírem das terras."

No meio desse debate, o uso das forças armadas visa intimidar e despolitizar o problema, trazer para uma esfera autoritária a possibilidade de decisão suprema que se impõe com a garantia da força maior. Nesse processo, inúmeros direitos individuais são ameaçados, principalmente os direitos dos mais vulneráveis.

A literatura sobre o Estado de Exceção é um tanto atual no pensamento crítico, principalmente pelas contribuições do filósofo italiano Giorgio Agamben, e da filósofa belga Chantal Mouffe. A discussão remonta ao teórico nazista Carl Schmitt, que produziu uma influente e importante reflexão sobre o tema. Para Schmitt, o estudo da exceção se revela mais interessante do que sobre a própria regra em si. "A regra não prova nada: a exceção prova tudo." É pela exceção que o poder real se mostra como um mecanismo, e se torna a regra pela repetição. O fim seria a ditadura.

Agamben usou a teoria para, além de abrir uma grande janela reflexiva, descrever os tempos de Bush e da guerra civil global. É uma medida que ele situa entre o político e o legal, uma terra sem dono. E, o que é mais grave, alertou, indo muito além da interpretação de Schmitt: "o estado de Exceção tende a se tornar cada vez mais um paradigma dominante de governo na política contemporânea".

O governo federal editou, em dezembro passado, o manual chamado "Garantia da Lei e da Ordem" (Portaria Normativa número 3, do Ministério da Defesa, também conhecida como GLO). O manual foi duramente criticado e sofreu uma revisão, sendo a segunda edição publicada em fevereiro 2014. A regra dispõe sobre o uso das Forças Armadas, de forma excepcional, e portanto, de suspensão da própria ordem, para a "garantia da lei e da ordem", assim como a suspensão de direitos civis, em situações de "não guerra". A exceção é apresentada como uma medida constitucional, citando o artigo 142, com referências vagas a "razoabilidade", "proporcionalidade" e "legalidade". Há países onde o "estado de Exceção" está previsto na lei, como no Brasil (considerando a GLO uma norma de "exceção") e na França, e onde ele não está previsto em lei.

Para todos os fins, de acordo com a GLO, basta a decisão soberana da "exceção", ou seja, basta a presidenta determinar. A decisão compete exclusivamente ao Presidente da República, em decisão comunicada ao Ministro da Defesa. E não é preciso, como no caso de guerra, ser consultado o Congresso. Nacional

O fato de estar na lei implica algumas regras, o que pode parecer contraditório uma vez que a própria suspensão da regra é determinada pela regra. A "garantia da lei e da ordem", como aplicada agora, é uma revelação da incapacidade do governo em resolver as disputas pelas vias legais, pelos processos administrativos e judiciais, como deveria ocorrer a regularização das terras indígenas.

Essa norma GLO é algo assustadora para os que esperam uma vida longa à democracia. Na

CONT.



primeira versão, de 2013, os inimigos na GLO eram definidos como "forças oponentes", apresentados de forma distinta de um "inimigo militar", que deve ser eliminado. Entre as "forças oponentes" descritas haviam formas políticas de reivindicação coletiva de direitos: "movimentos e organizações". Os Tupinambá, assim como os Tenharim, assim como um grupo de amigos no Facebook, seriam todos organizações e movimentos. Entre as ameaças graves havia, por exemplo, a de "paralisação de atividades produtivas".

A segunda edição, de 2014, feita após os vários protestos da sociedade contra essa Portaria do Ministério da Defesa, retirou as referências às forças oponentes e aos movimentos e organizações. E no que toca às "ameaças", agora lê-se: "A tropa empregada numa Op GLO poderá fazer face a atos ou tentativas potenciais capazes de comprometer a preservação da ordem pública ou ameaçar a incolumidade das pessoas e do patrimônio."

Estas expressões genéricas deixam brechas para que tudo seja decidido pelo "soberano", dando mais margens ainda para a "exceção" e para a força da decisão política em mão militar. Qual a legitimidade de um militar para definir, em operação contra civis, o que é uma tentativa potencial de comprometer a ordem pública, ou uma ameaça a incolumidade de pessoas, no meio de um conflito entre um povo indígena e não indígenas no sul da Bahia?

A referência anterior deixava claro os inimigos e os atos a serem combatidos: as "forças oponentes", os "movimentos e organizações". O poder discricionário agora aumentou e atenta mais gravemente aos direitos humanos. Nesse caso, o risco maior é, como sempre ocorre nos casos de exceção, aos mais vulneráveis, ou sejam, as "minorias".

O país vive um momento de ódio às minorias, que é mobilizado por aqueles que não querem que seus privilégios sejam tocados. Quem são as "minorias" (que podem ser a verdadeira "maioria da população")?

Estas "minorias" que reivindicam direitos são equivalentes ao "tudo o que não presta", segundo definiu o deputado federal ruralista Luis Carlos Heinze, do PP/RS, em vídeo divulgado pela Mobilização Nacional Indígena e com ampla circulação nas redes sociais. "Tudo o que não presta" são os "índios, quilombolas, gays e lésbicas".

Na imprensa, os problemas sociais têm sido "racializados" em textos de articulistas e jornalistas enviados para essas áreas, na busca de "traços" raciais que impliquem em deslegitimar direitos políticos, "traços" raciais que sirvam para desconstruir identidades, traços que são medidos como se fazia na antiga craniologia.

Nesse mesmo sentido racialista foi descrita a viúva de Ivan Tenharim, líder tenharim morto (morte matada ou por acidente, as investigações da Polícia Federal não foram a fundo), por enviado da Folha de S. Paulo para a zona de conflito: "uma mulher miúda com poucos traços indígenas". A descrição racial foi aproveitada, em seguida, por um colunista do mesmo jornal para sustentar não tratem-se estes entrevistados pelo repórter, com base em suas descrições, de elementos da categoria "índios" – como se a discussão anatômica girasse em torno de alguma espécie não humana.

CONT.



Os Tupinambá são frequentemente descritos e categorizados, colocados em um mapa de cores, de réguas métricas, para aparecerem como não portadores de "traços indígenas" – de forma a "animalizá-los" (como diria Frantz Fanon em *Os Condenados da Terra*), e deslegitimar suas reivindicações políticas. Na revista *Veja* os Tupinambá foram apresentados como "Os novos canibais", que usam cocares de "penas de galinha", são "negros" e "professam o candomblé", "tribo composta de uma maioria de negros e mulatos, mas também tem brancos de cabelos louros".

O uso sistemático da Força Nacional nos trabalhos de estudo da implantação de usinas hidrelétricas dentro do território Munduruku, contra a vontade dos índios e em desrespeito à Constituição e convenções internacionais das quais o país é signatário, mostra que, pelo menos no que toca aos direitos indígenas, o "Estado de Exceção" é uma violenta realidade cotidiana, não apenas teórica. Nesse caso, o CIMI trata da "militarização como um instrumento político", e fala do "diálogo com a 'ponta da baioneta' no pescoço dos povos indígenas".

A solução encontrada pelo governo para todos esses problemas de racismo, xenofobia, intolerância, ameaça de genocídio: o Exército, a Força Nacional, a Polícia Federal, a "Exceção".

Essa "exceção" formalmente autorizada na Bahia com o envio do Exército, a partir da regulamentação recente da Portaria do Ministério da Defesa, e com a iminência da aprovação de uma nova lei "antiterrorismo" feita sob medida para um ano que se anuncia de fortes turbulências políticas, é uma profunda ameaça à democracia. Mais grave: pode se revelar uma nova técnica permanente de governo, como sugere Agamben.



MA – Empresário de Codó desafia a justiça e invade quilombo Puraquê com máquinas e jagunços

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 18.02.2014

O empresário Francisco Carlos de Oliveira decidiu desafiar a justiça e mandou jagunços com máquinas pesadas invadir e destruir roças do quilombo Puraquê, no município de Codó (MA).

Do Blog do Aldir Dantas, na CPT

Um pânico se instalou na comunidade com as ameaças e as famílias temiam que eles fossem atear fogo nas casas da comunidade quilombola. Diante do ato de violência o padre Bento Cabezas Fernandez, da Comissão Pastoral da Terra, da Diocese de Coroatá, denunciou o fato a Ouvidoria Agrária Nacional e a Comissão Nacional de Combate à Violência no Campo e pediu apoio ao Movimento Sindical Rural. A diretoria da Fetaema já encaminhou para o local, advogados e pessoal de apoio de vários sindicatos do polo da área. O município de Codó é hoje uma das referências de violência no meio rural maranhense, pelos constantes conflitos pela posse da terra. Os graves problemas não são enfrentados, em decorrência da Superintendência do INCRA não fazer esforços para desapropriações uma vez que os grileiros são políticos e empresários com muita influência.

O fato deve ser comunicado imediatamente à Secretaria de Segurança Pública, ao Ministério Público e ao Tribunal de Justiça. Leia abaixo o teor do documento enviado às autoridades federais:

Ao Sr Desembargador Gercino José da Silva Filho

Ouvidor Agrário Nacional e Presidente da Comissão Nacional de Combate à Violência no Campo

Prezado Desembargador:

Venho por médio de esta comunicar a situação de violência que novamente estão sofrendo os lavradores do Quilombo Puraquê, do nosso município de Codó, no Estado do Maranhão!

Desde Ontem os tratores do empresário e pecuarista Francisco Carlos Oliveira (F.C. Oliveira) estão destruindo os quintais dos moradores e colocando arames na frente das mesmas com o único objetivo de expulsar a todos eles...!

Não obstante a decisão do Tribunal de Justiça do Maranhão, reconhecendo a posse dos quilombolas, dito fazendeiro está desrespeitando dita sentença e a própria Constituição Brasileira...!!!

Por isso, em nome das famílias que sofrem a violência, pedimos sejam tomadas de forma urgente as medidas cabíveis para que ditas famílias não tenham que migrar (como muitas já

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 32./ 2014

Brasília, 19 de fevereiro de 2014.

fizeram pela violência do mesmo fazendeiro!) para as periferias de nossa cidade de Codó, onde reinam a violência do narcotráfico e a prostituição, ou para outros Estados da Federação!

Anexo a Ata da 492ª reunião da Comissão Nacional de Combate a Violência no Campo realizada no INCRA de São Luís – MA., no dia 11 de julho do passado ano sobre o sofrimento de dito quilombo Puraquê. No mesmo dia de hoje registramos também denuncia na Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República com o número de protocolo: 739461.

Desde Já agradeço pelo seu esforço na construção da paz de nosso país e mais concretamente de nosso sofrido município de Codó!

Em Cristo, seu irmão:

Pe. Bento Cabezas Fernández SAC*

Comissão Pastoral da Terra – Diocese de Coroatá – MA.



Deputado e entidades denunciam Heinze e Moreira por racismo, homofobia e incitação à violência

SÍTIO SUL 21, 18.02.2014

Marco Weissheimer

Na noite desta segunda-feira (17), o plenarinho da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul ficou totalmente lotado de representantes das categorias “que não prestam” – segundo a expressão do deputado federal Luiz Carlos Heinze (PP) –, em uma reunião da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos, convocada pelo deputado estadual Jeferson Fernandes (PT) e pelo deputado federal Dionilso Marcon para tratar do tema. No início da reunião, Jeferson Fernandes, que é presidente da Comissão de Direitos Humanos, apresentou novos trechos das declarações polêmicas dos deputados Heinze e Alceu Moreira (PMDB).

A fala de Heinze dura ao todo 28 minutos. Além de apontar os “que não prestam”, o parlamentar do PP cita a prisão da ativista gaúcha, Ana Paula Maciel, presa na Rússia após participar de um protesto do Greenpeace. “Lá tem justiça”, afirmou o deputado, defendendo que aqui se seguisse o exemplo da Rússia. Além disso, cita o nome da senadora Ana Amélia Lemos, dizendo que “ela é nossa candidata” (para as eleições ao governo do Estado de 2014) e que estava ali “falando em nome dela”.

Jeferson Fernandes lamentou que, um dia após a divulgação do vídeo nas redes sociais e na imprensa de um modo geral, os dois parlamentares reafirmaram o que disseram, acrescentando que não tinham nada contra gays, lésbicas, indígenas e quilombolas, numa combinação absurda. “Se não tomarmos providências, deputados poderão propagar ideias fascistas, racistas e homofóbicas de modo impune. Há grupos neonazistas que estão loucos por ter algum tipo de representação institucional. Esses deputados confiam na proteção da imunidade parlamentar, mas essa imunidade existe para defender os direitos fundamentais e não para atacá-los. Eles devem responder por vários crimes previstos na lei anti-racismo e na Constituição”, assinalou o presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia gaúcha, que protocolou uma denúncia junto ao Ministério Público Federal.

O deputado apresentou à Procuradoria da República, representação criminal contra os deputados Luiz Carlos Heinze (PP) e Alceu Moreira (PMDB) “pela prática de homofobia, racismo, injúria preconceituosa e incitação à prática de atos criminosos”. O presidente da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos anexou à denúncia os vídeos com as gravações das falas dos deputados Heinze e Moreira, e também cópia da entrevista de Heinze ao jornal Zero Hora, onde ele reafirmou e ampliou a incitação a violência contra índios.

Não foi a única denúncia feita até agora. Representantes dos outros setores incluídos por Heinze na categoria dos “que não prestam” também protocolaram representações no MP Federal. Marcon assinalou que em novos trechos da audiência da fala dos parlamentares, a que tiveram acesso, Alceu Moreira ataca frontalmente o Ministério Público Federal. Jeferson

CONT.



Fernandes informou na reunião que o deputado federal Dr. Rosinha deverá protocolar uma representação contra os dois na Comissão de Ética da Câmara dos Deputados.

Militante do movimento LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais) e integrantes da ONG Nuances, Celio Golin, advertiu para o avanço da extrema-direita em temas morais, na Europa e também no Brasil. Formado em pedagogia e especialista em educação, Zaqueu Key Claudino, da comunidade caingangue, informou que protocolou denúncia contra os dois parlamentares no Ministério Público Federal, em Passo Fundo. A Federação das Comunidades Quilombolas fez o mesmo, solicitando a cassação do mandato dos parlamentares por quebra de decoro.

Parlamentares do PT e do PCdoB participaram do ato. O deputado Raul Carrion (PCdoB) manifestou repúdio e indignação pelas declarações que, para ele, cometem crime de ódio, racismo e incitação à violência. Stela Farias (PT) lamentou o clima de naturalização da discriminação no Estado expresso, entre outras situações, em jogos de futebol, com jogadores e torcedores sendo chamados de macacos. O deputado federal Henrique Fontana defendeu que as falas sejam examinadas até as últimas consequências e prometeu se engajar neste processo. Líder do governo na Assembleia, Valdeci Oliveira, afirmou que as declarações de Heinze e Moreira expressam um projeto de poder e uma visão de mundo e é enquanto tal que devem ser combatidas.

A reunião ocorreu num clima de forte comoção, com intensa participação dos representantes das comunidades atingidas pelas falas. Indignação, disposição para enfrentar a discriminação e defesa de punição para os dois parlamentares do PP e do PMDB apareceram em praticamente todas as falas. Ao final da reunião, militantes dos movimentos envolvidos compartilhavam nas redes sociais os novos trechos das declarações de Heinze e Moreira, divulgadas no encontro.



Justiça manda Força Nacional garantir segurança de índios no Mato Grosso do Sul
SÍTIO BLOG QUESTÃO INDÍGENA, 18.02.2014

Reserva Indígena de Dourados, a mais populosa do país com 12 mil indígenas, é terra de ninguém, sem qualquer atuação de segurança pública que só pode entrar nas áreas com autorização e acompanhamento da Funai. A reserva apresenta taxa de homicídios quatro vezes maior do que a média nacional.

A Justiça determinou que a União disponibilize efetivo mínimo de 16 policiais para garantir segurança nas aldeias indígenas de Dourados, e na invasão conhecida como Te'y kuê, em Caarapó. Para a reserva de Dourados devem ser destinados 12 agentes da Força Nacional de Segurança. Já para a invasão foram assegurados quatro policiais.

No início de 2013, um grupo de 24 agentes federais havia sido designado para cuidar da segurança das aldeias. Segundo denúncia de indígenas, em junho eles deixaram de realizar rondas, atendendo apenas aos chamados emergenciais.

Os trabalhos ficaram comprometidos depois que dez homens foram deslocados para o município de Sidrolândia, onde ocorre a Fazenda Buriti invadida por índios Terena. Dois agentes foram convocados para a Copa das Confederações, e mais uma dupla ficou encarregada de permanecer na sede da Funai, em Dourados. Após outros remanejamentos, do efetivo inicial, restaram apenas 6 agentes, que se revezavam em escala de 12 horas de trabalho por 24 horas de descanso.

Além do pedido de aumento no efetivo, o MPF frisou a importância de se impedir o deslocamento ou remanejamento dos policiais sem devida substituição. Eles deverão atender as áreas citadas com exclusividade.

Sem o policiamento ostensivo e diante da inoperância da Funai as reservas indígenas do Mato Grosso do Sul viraram antros de violência e tráfico de drogas. A reserva de Dourados é hoje uma favela na periferia do município.



Comichão Nacional da Meia Verdade ouvirá índios no Mato Grosso do Sul

SÍTIO BLOG QUESTÃO INDÍGENA, 18.02.2014

A Comissão Nacional da Verdade fará um grande show para registrar violações de direitos humanos cometidas contra os povos indígenas do Mato Grosso do Sul no período de 1946 a 1988.

A audiência da Comichão Nacional da Meia Verdade (CNV) será realizada em Dourados na próxima sexta (21), a partir das 7:30, na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Estarão presentes a psicanalista Maria Rita Kehl, os pesquisadores Marcelo Zelic, Spensy Pimentel e Jorge Eremites de Oliveira, além de um dos maiores incentivadores da violência no estado o procurador da República Marco Antonio Delfino de Almeida. O evento é coordenado pelo professor Neimar Machado (UFGD).

Serão ouvidos indígenas de 5 diferentes comunidades guarani e guarani-kaiowá de Mato Grosso do Sul, que irão relatar episódios imemorais de violência sofrida durante a ocupação do estado por colonos no início do século passado. Os indígenas devem relatar assassinatos, expulsão de territórios tradicionais e confinamento em pequenas reservas. Especialistas irão conduzir os depoimentos, dada a dificuldade dos indígenas em se expressar em português. O objetivo é garantir o desenho de um cenário de holocausto.

A coleta de depoimentos oficiais pela Comichão Nacional da Meia Verdade deverá subsidiar futuras ações de indenização coletiva em que legitimarão a transferência de recursos do contribuinte em favor das comunidades indígenas ou outras ações compensatórias.

O evento será transmitido ao vivo pela internet no seguinte link
(<https://www.youtube.com/channel/UCT0iY7gxbAbtujzI15bzt0g?feature=watch>).



URGENTE - Explode mais um confito entre índios e a polícia na Bahia

SÍTIO BLOG QUESTÃO INDÍGENA, 18.02.2014

Índios da tribo kaimbé tentaram invadir o Complexo Policial de Euclides da Cunha, no nordeste da Bahia, neste domingo (16), para fazer o justicamento de um índio suspeito de matar uma criança de 2 anos. Os policiais militares precisaram utilizar bombas de gás e spray de pimenta para afastar o horda.

Os índios se dirigiram para o complexo após o sepultamento do menino João Nelson Ferreira, 2, que foi morto na casa da família, na aldeia Massacará, na madrugada do último sábado. Os pais e os irmãos do garoto também foram agredidos. O suspeito, Edson Santos Silva, conhecido como Edinho, 26, índio kaibé, foi preso horas depois.

Segundo o delegado Miguel Vieira Filho, coordenador da 25ª Coordenadoria Regional de Polícia do Interior (Coorpin/Euclides da Cunha), Edson confessou o crime e afirmou que havia ingerido bebida alcoólica. "Esse índio chegou na casa pedindo comida. A mãe do menino disse para ele ir embora porque ele estava bêbado, mas ele começou a agredi-la com uma marreta", diz o delegado.

João chegou a ser socorrido no Hospital Municipal de Euclides da Cunha, mas não resistiu. Os pais da criança, João Nelson Ferreira e Raimunda Pereira Santana, 42, que está grávida, e os irmãos Maiza Santana, 4, Vitória Santana, 13, e Aurino Santana, 6, também foram agredidos.

"Após o enterro, os índios resolveram fazer uma manifestação porque queriam fazer o justicamento. Claro que a gente não ia permitir que isso acontecesse. Acionamos a Polícia Militar e várias viaturas vieram dar suporte. Estava tudo resolvido, mas chegaram índios da tribo kiriri, de Banzaê, e começaram a quer invadir o complexo", explica o delegado Miguel Vieira.

No confronto com a polícia, o grupo atirou pedras contra a delegacia, destruindo cerca de 20 vidraças. Dezoito veículos, entre viaturas da Polícia Civil, carros de funcionários e outros apreendidos, foram danificados. Os índios ainda bloquearam a BR-116, que fica nas proximidades do complexo, com pneus queimados.

Por medida de segurança, Edson foi transferido para o presídio de Serrinha. "Neste tumulto, nós conseguimos tirar o preso e transferi-lo, com o apoio da PM, para o presídio de Serrinha. Não tinha mais condições dele ficar. Os próprios presos estavam o ameaçando de morte", diz o delegado. Segundo o coordenador, a tentativa de invasão também contou com a participação de moradores da cidade.

O casal e a filha Maiza foram transferidos para o Hospital Geral do Estado (HGE), em Salvador, por conta da gravidade dos ferimentos. Vitória está internada em estado crítico no Hospital do Subúrbio. Aurino permanece nos Hospital de Euclides da Cunha.



Projeto para melhorar atendimento à mulher e à criança indígena é apresentado à Sespa

SÍTIO AGÊNCIA PARÁ DE NOTÍCIAS, 18.02.2014

O projeto "Construção das Linhas de Cuidado da Saúde Integral da Mulher e da Criança Indígena", que visa a melhoria do atendimento à saúde de mulheres e crianças indígenas, integrado às práticas do Sistema Único de Saúde (SUS) e às tradicionais, relacionadas à gestação e ao parto em cada uma das 10 etnias indígenas atendidas pelo Distrito de Saúde Especial Indígena (DSEI) de Altamira, foi apresentado ao secretário de Estado de Saúde Pública, Helio Franco, na segunda-feira (17). A apresentação foi feita por representantes do Ministério da Saúde, da Secretaria de Estado de Saúde Pública (Sespa) e da Matres Socioambiental, executora do projeto, financiado pelo Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu (PDRSX).

Segundo a consultora da Matres Socioambiental, Renata Navega, o objetivo do projeto é fazer um levantamento sobre as necessidades e estabelecer parâmetros para melhorar os cuidados com a saúde indígena. "A aproximação entre profissionais de saúde e gestores é fundamental para definirmos os cuidados com a saúde desta população. A ideia é contribuir para as mudanças no processo de trabalho, de forma a atender as necessidades dessa população", afirmou.

Helio Franco também considera fundamental integrar as áreas para solucionar problemas de saúde que afetam a população indígena. O secretário ressaltou a necessidade de sensibilizar a população sobre a questão nutricional das crianças para evitar doenças, como anemia, diarreia e obesidade. "Uma das formas mais importantes para uma alimentação saudável nos primeiros meses de vida da criança é o aleitamento materno, daí a importância de capacitar as mães para este e outros métodos importantes para a criança", ressaltou.

Além do diagnóstico sobre a realidade da saúde indígena, o projeto também promove oficinas e encontro com gestores e profissionais de saúde. A oficina de Alinhamento Conceitual, já realizada em setembro do ano passado em Altamira (município da Região do Xingu), foi uma das etapas de preparação da equipe multidisciplinar da Matres para o trabalho nas áreas das etnias Xikrin, Kayapó, Juruna, Arara, Arara Cachoeira Seca, Asurini, Xipaya, Kuruaya, Araweté e Parakanã.

Nesta terça-feira (18), a Sespa e o Ministério da Saúde promovem um encontro entre gestores e profissionais de saúde para discutir algumas ações. "Este evento será o segundo momento, uma etapa importante para alinharmos pontos fundamentais ao andamento do projeto nessas áreas", concluiu a coordenadora estadual de Saúde Indígena e Populações Tradicionais, Tamar Monteiro.



Cacique Aruã fala sobre conflitos de terra na região Sul

SÍTIO BLOG VERMELHO, 18.02.2014

A tensão nos municípios de Una, Ilhéus e Buerarema, no Sul da Bahia, por conta de conflitos de terra entre índios tupinambás e produtores rurais, foi agravada nos últimos dias, após o assassinato de um líder indígena. Tanto, que o governador Jaques Wagner solicitou ao Governo Federal o envio de tropas do Exército à região para uma atuação de polícia. A presidenta Dilma Rousseff atendeu ao pedido e os oficiais devem chegar ao estado nos próximos dias.

Os conflitos por terra no Sul são antigos. Os índios lutam pela demarcação de cerca de 54 mil hectares de terras que estão, em grande parte, nas mãos de latifundiários. Para tratar dessa questão de um ponto de vista do povo indígena, que pouco é ouvido, quando se pauta esse assunto, é que o Vermelho entrevistou o coordenador de Assuntos Indígenas do PCdoB-Bahia, Cacique Aruã Pataxó.

Vereador no município de Santa Cruz Cabralia, no Extremo Sul do estado, e presidente da Federação Indígena Pataxó e Tupinambá, Aruã acompanha de perto as lutas dos tupinambás, tidos como aliados dos pataxós. Na entrevista, ele fala sobre os conflitos e traça um panorama sobre a luta pela regularização das terras indígenas no Brasil, apontando as principais causas da demora. Confira

Como tem acompanhado os conflitos no Sul?

É um caso crítico em Ilhéus, Una e Buerarema. É crítico o que estamos vivendo, em relação à história do índio na Bahia. São 54 mil hectares que estão para se demarcar e a gente vê que, no decorrer do tempo, os latifundiários, os grileiros de terra, [possuem] a força política, principalmente no Congresso Nacional, com a bancada ruralista, que força a presidência da República. Já tem lá aprovado o relatório antropológico e falta agora a carta declaratória, mas isso tem trazido um grande conflito naquela região porque há vários proprietários de terras ali que são políticos. A gente sabe que políticos estão influenciando e, às vezes, financiando a desordem na região. A minha posição, enquanto líder indígena, é na defesa dos direitos indígenas, na demarcação da terra, que é um direito histórico. A posse da terra é para a nossa sobrevivência, mas que, também, em contrapartida, que os pequenos produtores rurais recebam benfeitorias por aquilo que fizeram, para não serem prejudicados. O direito indígena é supremo, mas a sociedade em geral precisa receber por aquilo que plantou, nas áreas dentro dos limites da terra indígena.

Há alguma parceria com os indígenas daqueles municípios, na busca pela regularização das terras?

Sim. Essa unidade na Bahia, através do MUPOIBA, que é o Movimento Unido dos Povos e Organizações Indígenas da Bahia, e também da federação lá do Extremo-Sul. Normalmente, todos os anos, vamos de três a quatro vezes a Brasília e a gente também convida lideranças



tupinambá de Olivença [Ilhéus] pra estarem juntas, pleiteando a regularização fundiária das terras indígenas. Então, nossa parceria com eles é concreta, é forte e árdua. A gente precisa estar junto para defender os nossos direitos.

Além de alegarem que estão há muito tempo nas terras, os produtores rurais também argumentam que, hoje, não é mais possível falar em um povo originalmente indígena, dados os processos de aculturação e miscigenação. O que pensa sobre isso?

Essas alegações são frágeis. Isso porque, se você for pegar a História do Brasil, quando foi invadido, essa região de Ilhéus e Buerarema, tudo era território indígena. A questão da miscigenação, de índio com branco e negro, é a própria formação da população brasileira, mas os traços indígenas continuam. As pessoas que estão ali naquela região são indígenas e precisam ser valorizadas e reconhecidas como tal. A Funai [Fundação Nacional do Índio] já reconheceu aquele povo, que já foi dado como extinto, mas foi identificado que há sobrevivente, há remanescente do povo tupinambá, que está ali brigando por direitos, principalmente ao território.

Além da pressão política feita pelos ruralistas, que você já identificou, o que mais tem contribuído para essa demora na regularização das terras?

A morosidade do Governo Federal. Isso depende da presidenta da República, do ministro da Justiça, para essa portaria declaratória do território, tanto o de Olivença, quanto o de Barra Velha, Tumbalalá, que são os três mais avançados, mas que precisam de uma decisão de governo. São cerca de 214 deputados e ainda tem a bancada evangélica, que está votando junto com os ruralistas por questão de aliança. É preciso uma decisão como a do Supremo Tribunal [Federal], que concedeu a nulidade de títulos do território Pataxó Hã Hã Hãe. Essa decisão de governo precisa também indenizar os pequenos produtores e garantir o direito deles de ter uma terra em outro lugar. São pobres também e precisam sobreviver.

Os quilombolas também lutam pelo reconhecimento das terras, no Brasil. Há uma diferença em relação às questões indígenas?

Só há diferença de cultura. Os indígenas são daqui mesmo e os quilombolas são remanescentes dos povos que vieram do continente africano para serem escravos, mas a briga pelo reconhecimento e valorização acontece da mesma forma. A luta é do povo brasileiro, das pessoas que precisam de um pedaço de terra para sobreviver e para a preservação da cultura e da agricultura familiar.

Por fim, dá para ser otimista com essa luta?

Por parte dos indígenas, há um otimismo de que nossos direitos serão reconhecidos, principalmente o direito à terra. Mas é um processo que já se arrasta há décadas e, a cada dia que passa, o processo vai se travando, com esse fortalecimento da bancada ruralista. O



Boletim de Notícias - Edição nº 32./ 2014

Brasília, 19 de fevereiro de 2014.

Governo não toma um posicionamento firme. Precisamos que os encaminhamentos sejam feitos esse ano para que, em 2015, pelos menos, tenha um desenrolar dessas problemáticas. Agora, a garantia da ordem e da lei deve ser feita no território tupinambá de Olivença. Os conflitos devem estar cessando.

De Salvador,
Erikson Walla



Governo capacita Agentes Comunitários Indígenas de Saúde

SÍTIO AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DO ACRE, 18.02.2014

Nesta semana o governo do Acre realiza a capacitação de 200 novos Agentes Comunitários Indígenas de Saúde (ACIS) que necessitam de qualificação profissional para continuar atuando em suas terras indígenas. O curso abrange 18 etnias do Estado do Acre e alcança também etnias localizadas no Amazonas.

O curso está no terceiro módulo. A cada etapa de estudos os indígenas reúnem-se no município de Plácido de Castro ou Cruzeiro do Sul, onde permanecem até a finalização das atividades.

A formação é realizada pelo instituto Dom Moacyr (IDM) por meio da Escola de Saúde. Com esse trabalho o governo do Estado qualifica profissionais que já dominam a língua e a cultura locais para atuar dentro da sua comunidade. Anna Abreu, coordenadora da Escola de Saúde, acompanha a execução da formação que é realizada por enfermeiros e técnicos especializados.

Vivaldo Domingos Kaxinauwá, mora na aldeia Nova Fortaleza, onde são necessários dois dias de barco para chegar ao município de Santa Rosa do Purus. Vivaldo acompanha 15 famílias, num total de 98 pessoas. "Com o aprendizado a gente está ajudando a diminuir a transmissão de doenças nas comunidades, prevenindo gripe, diarreia, conjuntivite, pneumonia, evitando que as pessoas precisem ir para a cidade para se tratar," afirma.

Paulo Macambira Kaxinauwá, morador da terra indígena Rio Humaitá, que leva quatro dias de barco para chegar à cidade de Tarauacá, disse: "É muito bom trocar as experiências com os mediadores, acompanho 89 pessoas. O que a gente não consegue curar na pajelança a gente leva pra cidade, e o governo tá ajudando muito a gente a zelar o nosso povo."

"A formação não vai mudar a cultura do índio junto ao pajé, junto à parteira, mas irá respeitar a condição intercultural e os saberes tradicionais de cada povo, complementando com a formação do ACIS. Com essas ações o governo tem contribuído com a saúde da população indígena do nosso Estado," declara o diretor-presidente do IDM, Marco Brandão.

Ministro da Saúde deve participar de audiência conjunta no Senado

SÍTIO AGÊNCIA SENADO, 18.02.2014



O ministro da Saúde, Arthur Chioro, deve participar de audiência conjunta nas Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) e de Assuntos Sociais (CAS). Requerimento propondo o debate na CMA foi aprovado nesta terça-feira (18) e se soma a convite ao ministro já aprovado na CAS.

Na CMA, o requerimento foi apresentado pelo senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), que quer saber qual é a relação do novo ministro com empresa de consultoria na área da saúde que presta serviços para municípios paulistas. Segundo observou o senador, Chioro deixou a empresa, mas transferiu suas cotas à esposa, o que, para Aloysio Nunes, indicaria que o ministro mantém interesse no negócio.

Conforme Humberto Costa (PT-PE), o ministro já havia manifestado interesse em debater no Senado seus planos para a pasta, o que motivou a aprovação da audiência pública na CAS. Com a audiência conjunta, diz o líder do PT, os senadores poderão não só conhecer as prioridades e programas do Ministério da Saúde, mas também questionar o ministro sobre outros assuntos.

Populações indígenas

CONT.



Também foi aprovado requerimento do senador Jorge Viana (PT-AC) de realização de audiência pública com a presidente da Fundação Nacional dos Índios (Funai), Maria Augusta Boulitreau Assirati, para discutir políticas públicas de desenvolvimento sustentável das populações indígenas. Ele sugere que sejam abordados aspectos como a qualidade de vida dos índios, proteção aos grupos isolados e de recente contato, regularização de terras indígenas e conflitos pelo uso das terras.

Repasses de recursos

Por iniciativa da senadora Kátia Abreu (PMDB-TO), a CMA solicitará ao Tribunal de Contas da União (TCU) a realização de auditoria sobre repasses de recursos do governo federal para associações indígenas.

A senadora quer explicações sobre o uso de recursos pelas associações Indígenas Akwe, Kanhru, Mavutsinin, Xerente, Tupiniquim, Guarani e Tambe de Tome Açú, bem como pelo Comitê Intertribal Memória e Ciência Indígena, Conselho Indígena de Roraima e Operação Amazônia Nativa.

Conforme a parlamentar, as instituições receberam, entre 2005 e 2013, R\$ 72,6 milhões, a maior parte repassada pelo Ministério da Saúde. Ela quer informações sobre a forma de utilização dos recursos, para que a CMA possa avaliar se foram empregados de forma regular e eficiente no atendimento à população indígena.

Usinas

Ainda na reunião desta terça-feira, a CMA aprovou requerimento para debate sobre as dificuldades do escoamento de grãos e as vantagens de instalação de usinas próximas às áreas de plantio, para transformação, por exemplo, de milho em etanol. A audiência será conjunta com as Comissões de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) e de Serviços de Infraestrutura (CI). A participação da CMA no debate foi proposta pelo presidente da comissão, Blairo Maggi (PR-MT).

Serão convidados para o debate representantes dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e de Minas e Energia, além das Confederações Nacional da Agricultura e da Indústria.

Aeroporto de Belém

Preocupados com as condições da pista principal do Aeroporto de Belém, os senadores Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) e Flexa Ribeiro (PSDB-PA) aprovaram requerimento na CMA para que autoridades do setor aéreo expliquem por que a pista reformada recentemente não apresenta condições de receber voos em dias de chuva.

No requerimento, os senadores sugerem que sejam convidados Antonio Gustavo Matos do Vale, presidente da Infraero; Marcelo Pacheco dos Guarany, presidente da Anac; Paulo Rogério Licati, gestor da Comissão de Fadiga da Associação Brasileira de Pilotos da Aviação

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 32./ 2014

Brasília, 19 de fevereiro de 2014.

Civil (Abrapac); Marcelo Ceriotti, presidente do Sindicato Nacional dos Aeronautas; e Eduardo Sanovicz, presidente da Associação Brasileira de Empresas Aéreas (Abear).



Heinze, o PP e 2014

SÍTIO JORNAL DO COMÉRCIO/RS, 18.02.2014

As declarações desastradas cometidas pelo deputado federal do Partido Progressista Luis Carlos Heinze contra índios, quilombolas e homossexuais —“tudo o que não presta” - não devem influenciar na candidatura de Ana Amélia Lemos (PP) ao governo do Estado.

Nos bastidores do PSB — provável aliado de Ana Amélia aqui no Estado, no pleito de outubro — comenta-se que Marina Silva não vai admitir que o partido de Eduardo Campos faça aliança com o PP, que tem em seus quadros o deputado Heinze, que não tolera índios, quilombolas e homossexuais.

Não acredito que isso aconteça. Marina não representa tudo aquilo o que ela insiste em mostrar: influência. Marina desceu de paraquedas na chapa dos socialistas depois de ver frustradas todas as possibilidades de criação do seu Rede Sustentabilidade.

Diante disso, da noite para o dia, ela pediu arrego a Eduardo Campos. A partir de então, se insinua como candidata a vice na chapa liderada pelo governador pernambucano.

Mas o radicalismo de Marina Silva está colocando em risco a candidatura de Campos. Ela volta e meia faz declarações provocadoras a possíveis aliados de Campos.

Outro dia, Marina desancou a bancada ruralista do Congresso Nacional ao criticar a importância que o governo federal dá ao agronegócio. Eduardo Campos determinou que a sua tropa anti-incêndio agisse imediatamente e apagasse o fogo surgido pela falta de habilidade e o radicalismo de Marina Silva.

Então, cá entre nós, ela está devedora. Para os socialistas, Marina Silva já não é mais unanimidade absoluta. Por tudo isso, as declarações do deputado gaúcho Heinze não podem ser usadas para colocar em cheque a aliança PP-PSB aqui no Rio Grande do Sul.

E mais: periga Luis Carlos Heinze se reeleger para a Câmara dos Deputados em 2014 com ainda mais votos do que os 180.403 sufrágios que lhe garantiram o terceiro melhor desempenho entre os deputados gaúchos no pleito de 2010.

Encontro

A aliança PSB-Rede terá o seu primeiro encontro regional programático, em Porto Alegre, neste sábado. O objetivo, ao reunir as lideranças políticas dos dois partidos, além do PPS gaúcho, é discutir e aprofundar as diretrizes do programa de governo da aliança. Estão confirmadas as presenças do presidente da República e governador de Pernambuco, Eduardo Campos (PSB), da ex-senadora e porta-voz da Rede Sustentabilidade, Marina Silva, e de outras lideranças do PSB, da Rede e do PPS. O programa do encontro prevê que os participantes se reúnam em seis grupos de discussão, divididos entre os cinco eixos das diretrizes e um específico para a



Boletim de Notícias - Edição nº 32./ 2014

Brasília, 19 de fevereiro de 2014.

política regional. As conclusões serão relatadas no encerramento e contribuirão para a continuidade dos debates. O encontro ocorrerá no Auditório Dante Barone da Assembleia Legislativa.



Quilombolas pedem cassação dos mandatos de Luíz Heinze e Alceu Moreira

SÍTIO CANGUÇU ON LINE, 18.02.2014

A Federação das Associações de Comunidades Quilombolas do Estado divulgou nota, na segunda-feira (17), sobre as polêmicas declarações dos deputados Luiz Carlos Heinze (PP) e Alceu Moreira (PMDB). Na última semana, Heinze ganhou repercussão na internet após a publicação de um vídeo no qual diz que quilombolas, índios, gays e lésbicas são “tudo o que não presta”.

A entidade pede que os dois deputados sejam investigados e indiciados por crimes de racismo, homofobia, incitação a violência contra quilombolas, índios e homossexuais, e quebra de decoro parlamentar, resultando na cassação dos mandatos.

Segundo a entidade, as comunidades quilombolas possuem direito a propriedade de terra garantido pela constituição na ART 68, das Disposições Constitucionais Transitórias. O direito é também regulamentado pelo decreto 4.887, de 2003, que dispõe sobre os procedimentos para identificação, reconhecimento delimitação, demarcação e titulação de terras quilombolas

- A regularização destes territórios é uma tentativa de reparação pelos danos causados aos negros e seus descendentes submetidos a quase 400 anos de escravização – diz a nota.

A federação afirma que os parlamentares estão utilizando recursos públicos do país para atacar o povo negro, incitando agricultores que não sejam da etnia a criar milícias para atacar quilombolas:

- Os parlamentares esquecem que os negros e pardos representam a maioria do povo brasileiro – afirma.



Especulação imobiliária está cada vez maior em torno das comunidades remanescentes de quilombos

SÍTIO CEDEFES, 18.02.2014

Por quase 10 anos a espera da emissão do título de propriedade, o Quilombo de Luízes – que já teve o reconhecimento histórico, econômico e sociocultural pela Fundação Cultural Palmares – assiste ao cerco imobiliário às suas terras: invasão de particulares, de construtoras que levantaram prédios nas áreas remanescentes da Fazenda Piteiras, que data de 1895. Ocupava 18 mil metros quadrados. No Bairro Grajaú, espremidos em cerca de 4 mil metros quadrados do antigo território, estão os descendentes da escrava Anna Apolinária. Vivem na comunidade cerca de 70 pessoas. Outras 200 estão espalhadas pela cidade.

Rodrigo José da Silva Marques, de 51 anos, presidente da Associação Quilombola dos Luízes, anota, ao lado da mãe, Maria Lúcia da Silva Marques, de 81, tataraneto e bisneta de Anna Apolinária: “Lutamos para manter as tradições”. Algumas, como a capoeira e os penteados afro, se mantêm. Outras tantas se foram. Único quilombo de Minas que dançava o jongo, que influenciou não apenas na formação do samba, mas está na raiz na cultura popular brasileira, há pouco mais de 10 anos esses tambores já não tocam mais em Luízes. “Mas muitos vizinhos, que inclusive invadiram as nossas terras, incomodados com o barulho dos tambores chamavam a polícia. E, em nossa sociedade racista, o negro nunca tem razão”, relata Maria Luzia Sidônio, autora do livro Luízes.

A titulação do quilombo de Luízes, iniciada em 2005, se arrasta. Em 2012, foi publicado um segundo Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTDI) com a exclusão de 10 imóveis da primeira área, identificada em 2005. Por causa da demora, a Procuradoria da República em Minas propôs ações judiciais responsabilizando o Incra para a imediata publicação da portaria que reconhece e declara os limites dos territórios das duas comunidades.

MANGUEIRAS Igual providência para forçar o Incra à publicação da portaria delimitando o território o Ministério Público Federal tomou em relação ao Quilombo de Mangueiras. No limite de Belo Horizonte com Santa Luzia, a comunidade teve a titulação iniciada em 2005 e o laudo antropológico de reconhecimento publicado em 2009. O presidente da Associação Quilombola da Comunidade de Mangueiras, Maurício Moreira dos Santos, de 56, luta para recuperar tradições, erradicar o analfabetismo e arrancar da extrema pobreza as 22 famílias que vivem em pequenas casas numa área de cerca de 17 mil metros quadrados.

A história de Mangueiras se inicia na segunda metade do século 19 quando os lavradores negros Cassiano e Vicência utilizavam as terras do Ribeirão da Izidora para seu sustento. Há mais de 120 anos, seis gerações assistiram à expansão de Belo Horizonte, a explosão do vetor Norte e dos bairros do entorno, a pouco mais de cinco quilômetros da Cidade Administrativa. De rural o quilombo passou a urbano em intensa competição espacial com vários empreendimentos, como a duplicação da MG 20, que expropriou parte do território da

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 32./ 2014

Brasília, 19 de fevereiro de 2014.

comunidade, entre outros que se programam para se instalar nas terras remanescentes do quilombo.

Fonte: <http://www.koinonia.org.br/>



Brasil deixou de aplicar R\$ 300 mi em prevenção ao racismo

SÍTIO SISTEMA DIFUSORA, 19.02.2014

Na última semana, o país se mobilizou em apoio a Tinga, jogador brasileiro que foi hostilizado pela torcida peruana apenas por ser negro durante jogo da Copa Libertadores. Mesmo com 97 milhões de brasileiros que se declaram pardos ou negros, o Brasil ainda sofre com o racismo.

O percentual de negros assassinados no país, por exemplo, é 132% maior do que o de brancos, segundo pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), segundo informa o Contas Abertas.

A questão da promoção da igualdade racial, no entanto, não tem recebido a importância que merece pelo governo federal, ao menos do que diz respeito ao prisma orçamentário. De 2009 para cá, R\$ 300 milhões deixaram de ser utilizados em políticas de prevenção ao racismo. O balanço leva em conta a diferença entre o total orçado para o programa orçamentário "Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial" e o valor efetivamente desembolsados em favor das ações do programa.

Nos últimos cinco anos, R\$ 490,1 milhões foram destinados à rubrica, que antes de 2011 era dividida em dois programas: "Brasil Quilombola" e "Promoção de Políticas Afirmativas para a Igualdade Racial". Desse valor, apenas R\$ 189,7 milhões foram pagos, menos de 40% do total.

Além da baixa execução, os recursos destinados ao programa sofrem queda desde o ano passado. Em 2012, R\$ 105,5 milhões haviam sido orçados para a rubrica. O valor caiu para R\$ 76,1 milhões em 2013 e este ano está em R\$ 64,8 milhões. A queda nos últimos dois anos foi ocasionada, principalmente, pela redução do orçamento da iniciativa que prevê o reconhecimento e indenização de territórios quilombolas.

A previsão é que em 2014, R\$ 30,5 milhões sejam utilizados para esse fim, ante os R\$ 48,1 milhões do ano passado. Em 2013, R\$ 46,7 milhões chegaram a ser comprometidos no orçamento (empenhados) para aplicação na ação, mas somente R\$ 8,7 milhões foram desembolsados no exercício.

Das 2.408 comunidades certificadas pela Fundação Cultural Palmares (FCP), apenas 207 têm o título da terra e, em uma parte delas, os ocupantes não quilombolas ainda não foram retirados ou indenizados. De acordo com o Incra, autarquia responsável pela ação, dez decretos de reconhecimento foram publicados, declarando 13.985,83 hectares em sete estados como áreas de interesse social para fins de desapropriação.

Quilombo de Pilar do Sul luta para receber terras

SÍTIO DIÁRIO DE SOROCABA, 19.02.2014

Descendentes de escravos sonham viver de agricultura familiar



Os remanescentes Enoc Amâncio da Silva, Orlando José da Silva e Luiz Antônio dos Santos (Foto: Fernando Rezende)

"Mas tem um Pai Celestial que não deixa nada encoberto e, com o passar dos anos, tudo vai vir à tona, custe o que custar e demore o tempo que demorar. E se o Pai está com nós, quem estará contra nós?". A frase dita pelo quilombola Orlando José da Silva, 63 anos, resume uma luta que completa 128 anos, desde que o tenente Antônio Almeida Leite doou parte de suas terras para 17 escravos na região onde hoje é o município de Pilar do Sul. Desde então, os remanescentes buscam o apoio de governantes e entidades ligadas ao movimento quilombola para, além de ter o território reconhecido, possam viver nas terras deixadas a seus antepassados ou em áreas equivalentes a elas, já que foram ocupadas. Cerca de 400 famílias aguardam o processo na esperança de um dia viver da agricultura no local.

Na sede da Associação dos Remanescentes do Quilombo do Espólio do Tenente Antônio de Almeida Leite da Fazenda Pilar, em Pilar do Sul, numa casa simples feita de madeira, fotos e documentos integram a história da comunidade. Deodato de Almeida Caetano, 72 anos, é vice-presidente da associação e descendente direto do quilombo. Há 24 anos, um câncer obrigou a retirada de suas cordas vocais, por isso, ele carrega um pequeno caderno e uma caneta, meio pelo qual se comunica. Questionado sobre o andamento do processo de regularização, ele

CONT.



responde que está 90% e conta que seu pai foi quem começou os estudos do território, em 1965. A esperança de Caetano e da comunidade quilombola foi reforçada com a entrega de um mapa confeccionado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), concluído em dezembro.

Nele, há imagem aérea de Pilar do Sul e das áreas requeridas pelos remanescentes, em torno do município, já que as terras herdadas foram ocupadas e hoje estão completamente urbanizadas. Apesar do documento, o órgão federal afirma que ainda não deu início aos trabalhos, visto que o mapa foi um pedido da comunidade. "Fizemos em cima de um relatório do Itesp, porém, como faz tempo, precisamos atualizar dados. Vamos aproveitar parte do material e também verificar a necessidade de complementar", explica a analista em referência e desenvolvimento agrário na área de antropologia, Paula Elaine Covo.

HISTÓRIA - Após anos de estudos e informações passadas de geração a geração, os quilombolas procuraram a Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (Itesp) em 2006, na busca do reconhecimento ao "Quilombo Fazendinha Pilar", como também é conhecido. "Não sabíamos por onde começar, não havia organização. Fui para São Paulo, viajamos bastante e não desistimos", conta o remanescente Enoc Amâncio da Silva, 64 anos. No mesmo ano, o Relatório Técnico-Científico (RTC) foi concluído, porém o Itesp afirma que uma análise da diretoria-executiva concluiu que, apesar de documentos comprovarem a fala dos quilombolas, "não foi possível, apoiado na legislação estadual vigente, promover o reconhecimento da área". Em nota, o Itesp diz que, em comum acordo com a comunidade, o caso foi encaminhado ao Incra, onde, segundo a antropóloga do órgão, está na lista de processos em prioridade e aguarda liberação de verba.

Um relatório datado de dezembro de 2012, assinado por um antropólogo do Incra, relata parte da caminhada em busca da regularização. Nele, o órgão define como um caso complexo por envolver terras plenamente urbanizadas ou em processo de urbanização, representando 80% do território de Pilar do Sul. "A cidade está invadindo tudo e ninguém quer atrapalhar a cidade, mas também não queremos tomar a casa de ninguém. Nós queremos área de pasto para agricultura familiar", desabafa o remanescente e cooperador na associação, Luiz Antônio dos Santos, 72 anos. No documento é relatado que, em 2010 foram feitas duas reuniões com membros da comunidade quilombola e representantes da Prefeitura, quando o município "sinalizou com a execução de ações compensatórias voltadas às famílias quilombolas, como forma de equiparar o território já plenamente urbanizado que não pode ser recuperado pela comunidade".

Em resposta ao questionamento enviado à Prefeitura, o advogado Juarez Márcio Rodrigues afirma em nota que nesse caso, ocorrido no exercício do prefeito anterior, houve uma oferta política "pois não há obrigação do município em fazer esse pagamento". Com o RTC em mãos, a pedido da comunidade, o Incra produziu um mapa de georreferenciamento com as glebas requeridas pelo quilombo, que são áreas desocupadas em torno da cidade, totalizando cerca de 210 alqueires. Uma cópia do documento foi entregue à Prefeitura de Pilar do Sul, no dia 14 de janeiro, como comprova um relatório protocolado no local, apesar de o órgão negar o conhecimento.

CONT.



REGULARIZAÇÃO – Com o mapa que contém as glebas requeridas em mãos, os remanescentes aguardam o andamento do processo junto ao Incra, e, entre as possibilidades, está a de intervir nos cartórios da cidade para impedir futuras regularizações nas áreas. Paula explica que o órgão segue a instrução normativa nº 57, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação, desintrusão, titulação, titulação e registro das terras ocupadas por remanescentes. “Por isso, não tem como substituir um trabalho pelo outro. Vamos aproveitar parte do que foi produzido pelo Itesp, mas temos de atualizar os dados e enquadrar dentro da nossa legislação, até para que seja aceito.”

Entretanto ela conta que o Incra está estudando junto ao departamento jurídico, a possibilidade de emitir uma notificação aos cartórios de Pilar do Sul, explicando a situação das áreas requeridas pelo quilombo para que não haja titulação das terras. “Esse foi um pedido da comunidade e é uma das possibilidades”, frisa. O documento que deve ser emitido pelo Incra é o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID).

Em contrapartida, um convênio entre a Prefeitura de Pilar do Sul e o Itesp, assinado em 2006 pelo “Programa Minha Terra”, possibilitou a regularização de 50 títulos na Vila São Manoel, onde mais 54 propriedades aguardam titulação. O órgão estadual explica que foi realizado um levantamento topográfico e cadastramento de famílias no centro urbano, e que em junho de 2012 o convênio venceu. Por este motivo, as partes assinaram um novo contrato em março de 2013, que prevê a finalização dos trabalhos e ampliação para os bairros do Campo Grande, Jardim dos Ipês, Jardim Pinheiros e Santa Cecília, totalizando cerca de 1 mil imóveis. O convênio atual pode se estender por cinco anos e o Itesp afirma que a titulação é de responsabilidade da Prefeitura. Em nota, o órgão estadual confirmou a informação passada pelos remanescentes, de que partes das áreas que são objeto do programa incluem as glebas reivindicadas pela comunidade quilombola, e o Itesp ressalta que “são de domínio do município”.

Por outro lado, a Prefeitura de Pilar do Sul afirma que a regularização imobiliária é feita pelo Itesp e as áreas requeridas pelos remanescentes são particulares e “os proprietários usam do jeito que melhor lhes aprouverem”. O “Programa Minha Terra” é vinculado à Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania, voltado a posseiros, e tem por objetivo identificar áreas passíveis de regularização. Desde sua criação, em 1995, o programa já entregou 30.497 títulos. “Eles sabem do pedido e, se possivelmente estão acelerando o processo de regularização, o Governo Federal terá custos e eles terão de responder por que tomaram a medida, correndo para passar na frente da comunidade”, diz a antropóloga. Em fevereiro de 2012, o quilombo Cafundó, em Salto de Pirapora, conseguiu o documento de regularização emitido pelo Incra, que dá posse da terra aos remanescentes.

PALMARES – Na última sexta-feira (14), o representante regional da Fundação Cultural Palmares, Michel Yakini, esteve em Sorocaba, onde conversou com representantes do Quilombo de Pilar do Sul e de outros na região de Votorantim. As comunidades entregaram uma solicitação, reivindicando que a fundação se manifeste, acompanhe e agilize os processos de regularização. Quanto ao processo dos remanescentes de Pilar, Yakini explica que a parte de responsabilidade da fundação já foi concluída, que é a certidão de auto-reconhecimento da comunidade, emitida em abril de 2006. “Somos procurados pelas comunidades que

CONT.



autodeclaram como quilombolas, e da maneira menos burocrática possível, damos o certificado. Esse é o primeiro passo.”

Num segundo momento, Yakini afirma que fica a cargo do Incra fazer visitas técnicas, relatórios, pesquisas de território e cultura pra poder dar andamento ao processo. “O que aconteceu é que houve um entrave, coisas que acho que até caíram em âmbito pessoal - assumi recentemente e estou tomando conhecimento da situação - mas a gente se propôs a vir conversar com a comunidade porque queremos restabelecer o diálogo, pra poder caminhar e chegar a um ponto final, que, pra nós, seria importante se fosse a legalização como quilombo.”

O representante da Palmares afirma que outros quilombos passam pela mesma situação e os processos também estão com o Incra. “E não é um processo tão ágil, depende de uma série de questões. Muitas vezes envolvidos com empresas que estão ocupando as áreas, existe momentos em que é preciso haver uma pesquisa mais aprofundada com a comunidade, para haver coerência em pleitear as terras ao quilombo.” Yakini diz que conversou com representantes do Incra na Capital, e a intenção da Fundação Palmares é sensibilizar os dois lados para recomençar os trabalhos o quanto antes. Entretanto, devido à grande demanda, o órgão federal alega não estar conseguindo cumprir prazos. “Acredito que começou porque já teve visitas, eles conhecem. E o fato de trabalhar em cima dos documentos do Itesp, significa que já iniciou, não é do zero”, diz Yakini, sobre a alegação do Incra de que os trabalhos ainda não começaram.

“Acredito que o diálogo é o ponto chave e, enquanto não for restabelecido, os prazos caem por terra”, conclui. Já sobre a isenção de responsabilidade por parte da Prefeitura de Pilar do Sul, ele acredita que é importante a comunidade se aproximar do órgão, pois existem outros assuntos, relacionados a direitos, que cabe ao governo municipal executar em conjunto com a Secretaria de Igualdade Racial, como o programa “Brasil Quilombola” e “Brasil sem Miséria”. “Uma série de itens só é concluída se tiver uma mediação entre a comunidade e o poder público local. É muito difícil eles se ausentarem”, alega. Entre as possibilidades apresentadas, está a de protocolar um documento na Prefeitura para que o setor de serviço social saiba da real necessidade, já que os quilombolas têm prioridade no caso de programas como “Bolsa Família”.



Gilberto Carvalho rebate deputado que disse que quilombolas, índios e gays não prestam

SÍTIO O GLOBO, 19.02.2014

Ministro disse que declarações representam uma confissão sincera de um pensamento de grande parte da sociedade

BRASÍLIA - O ministro da Secretaria Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho, criticou nesta quarta-feira, sem citar nomes, as declarações dadas pelos deputados Luís Carlos Heinze (PP-RS) e Alceu Moreira (PMDB-RS) em novembro do ano passado, durante encontro com produtores rurais no município de Vicente Dutra, no Rio Grande do Sul. Na ocasião, eles criticaram a atuação do governo na questão fundiária, em especial o papel desempenhado pelo ministro, que é o interlocutor do governo com os movimentos sociais. No vídeo, disponível no Youtube desde 12 de fevereiro deste ano, Heinze chegou a dizer que quilombolas, índios, gays, lésbicas, "tudo o que não presta", está "aninhado" no gabinete de Carvalho, na antessala da presidente Dilma Rousseff.

— Infelizmente um desses dias, dois parlamentares nossos se referiram aos que não prestam. Essa palavra, essa declaração não temos que analisá-la apenas pelo lado da grosseria que ela significou. Mas ela, eu diria, é uma confissão sincera de um pensamento que está no subtexto, na consciência infelizmente de grande parte da sociedade. O que presta é o que está dado, é o status quo, é o intocável, é o que domina. Tudo aquilo que incomoda, agita, que antes estava quietinho na senzala, ou aldeia, ou vivendo sua discriminação no silêncio, tudo isso passa a incomodar - disse Carvalho durante divulgação de pesquisas do Centro de Estudos sobre o Sistema de Justiça (Cejus), da Secretaria de Reforma do Judiciário do Ministério da Justiça (SRJ/MJ) sobre conflitos fundiários.

Em novembro, depois de lembrar que o governo forneceu R\$ 150 bilhões em financiamento ao agricultores, Heinze ressaltou:

— Agora eu quero dizer para vocês: o mesmo governo, seu Gilberto Carvalho também é ministro da presidenta Dilma, e é ali que estão aninhados quilombolas, índios, gays, lésbicas, tudo o que não presta, ali está aninhado e eles têm a direção e têm o comando do governo.

Alceu Moreira também criticou Carvalho na época.

— Por que será que, de uma hora para outra, tem que marcar terra de índios e quilombolas? O chefe desta vigarice orquestrada está na ante-sala da presidência da República e o nome dele é Gilberto Carvalho, é ministro. Ele e seu Paulo Maldos (Secretário nacional de Articulação Social). Por trás desta baderna, desta vigarice, está o Cimi (Conselho Nacional Indigenista), que é uma organização cristã, que de cristã não tem nada: está a serviço da inteligência norte-americana e europeia para não permitir a expansão das fronteiras agrícolas do Brasil — disse Moreira, acrescentando:

CONT.



— Nós os parlamentares não vamos incitar guerra, mas lhes digo: se fazem de guerreiros e não deixa um vigarista deste dar um passo na sua propriedade. Nenhum! Nenhum! Usem todo tipo de rede, todo mundo tem telefone, liguem um para o outro imediatamente, reúnam verdadeiras multidões e expulsem do jeito que for necessário!

Nesta quarta, Carvalho também reconheceu que há problemas dentro do Executivo para lidar com a questão. Mas a autocrítica do ministro foi no sentido oposto à dos parlamentares.

— No aparelho do Estado brasileiro, evidente que você não tem posição neutra. É evidente ue você tem uma posição favorável também a esta mentalidade de que tudo que fere a ordem estabelecida é um problema, está fora da ordem. E portanto cabe muitas vezes ao Executivo a tarefa ingrata e inglória de fazer cumprir uma ordem, uma lei que sabidamente não podemos estar de acordo com ela. Mas mais do que isso, há uma mentalidade dentro do aparelho do Estado que se posiciona claramente contra tudo aquilo que é insurgência, contra tudo aquilo que é uma reivindicação de direitos que ousa ir um pouco além dos questionamentos - afirmou o ministro.



ANTT aponta possibilidade de iniciar obras do contorno viário em 15 de abril
SÍTIO NOSSARADIO.NET, 19.02.2014

Apesar do otimismo da agência, faltam estudos sobre áreas indígenas para obtenção da licença

O começo tão aguardado da construção do contorno viário da Grande Florianópolis tem chances de ser antecipado de 30 para 15 de abril. A possibilidade foi confirmada nesta terça-feira, em Brasília, pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) durante reunião com deputados catarinenses e prefeitos de cidades atingidas pela obra.

Apesar do otimismo da ANTT, para que a Autopista Litoral Sul tenha condições de iniciar o contorno será preciso resolver questões indígenas, que impedem que o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama) avance no licenciamento ambiental do empreendimento.

Antes de liberar a construção, o Ibama precisa do parecer favorável da Fundação Nacional do Índio (Funai), que cobra estudos de impactos sobre as terras indígenas M'Biguaçu, em Biguaçu, e Morro dos Cavalos, em Palhoça. Com as exigências, concessionária e ANTT tentarão dividir a obra em três trechos. O norte, próximo à terra indígena de M'Biguaçu, e o sul, que passa próximo da terra do Morro dos Cavalos, ficarão para depois. O contorno começará a nascer pelo trajeto central, que terá entre 15 e 20 quilômetros. O ponto inicial e o final ainda estão sendo negociados com a Funai.

— A licença de instalação pode ser dada em áreas onde não há obstáculo. Por isso, tentaremos que a licença seja dada para o trecho central, que não afeta áreas indígenas— afirma a diretora da ANTT, Natália Marcassa.

O cronograma divulgado na semana passada pela Autopista prevê o início da construção para 30 de abril. Contudo, a concessionária precisa entregar o projeto com as adequações exigidas pelo Ibama até 30 de março. Depois disso, o instituto terá de fazer a análise do documento e liberar a licença de instalação antes do prazo previsto, que é de 75 dias. Só assim será possível iniciar a obra na data prometida.

— Estamos trabalhando para que os documentos estejam prontos e o trabalho possa ser iniciado em 15 de abril — garantiu Marcassa.

O deputado Marco Tebaldi (PSDB) ficou satisfeito com a preocupação da ANTT em iniciar a construção o quanto antes. Já Esperidião Amin (PP) cobra uma resolução rápida para os questionamentos da Funai.

— Temos que ficar em cima, porque há problemas para resolver junto à Funai, em especial na região do Morro dos Cavalos.



PF cumpre mandados de prisão em aldeia indígena do MS

SÍTIO PORTAL EBC, 19.02.2014

A Polícia Federal cumpre hoje (19) cinco mandados de prisão na aldeia indígena de Jaguapiré, localizada no município de Tacuru (MS). De acordo com a corporação, a Operação Silvo também tem como objetivo restabelecer a ordem pública e permitir a prestação de serviços públicos essenciais nas aldeias Jaguaripé e Sassoró.

O comunicado da Polícia Federal informou que os problemas na região começaram no início de janeiro, quando um grupo de índios manteve em cárcere privado cinco agentes de saúde da Secretaria Especial de Saúde Indígena, além de ter subtraído uma viatura utilizada pelos servidores. "A suspensão dos serviços vinha causando enormes prejuízos às comunidades indígenas, acarretando, por exemplo, a interrupção do tratamento médico de índios doentes", destacou a corporação.

Editor: Valéria Aguiar



Indígenas seguem com protesto, mas encerram bloqueio da MS-156

SÍTIO DOURADOS AGORA, 19.02.2014

O grupo de manifestantes formados por indígenas e profissionais de saúde que prestam serviço para a Sesai (Secretaria Especial de Saúde Indígena) em Dourados decidiu hoje pela manhã encerrar o protesto que bloqueada a rodovia MS-156, que liga Dourados a Itaporã, desde a segunda-feira, regularmente de 7h às 17h.

A decisão foi baseada, conforme lideranças indígenas, após a formação de uma comissão de representantes de aldeias do Estado que chega hoje a Campo Grande para discutir no DSEI (Distrito Sanitário Especial Indígena) os rumos do protesto, que pode inclusive ocasionar na ocupação da sede do Distrito.

“Essa foi uma decisão da comunidade e eu vou a capital para que a gente possa dar o encaminhamento junto com a comissão na cobrança por melhorias no sistema de saúde indígena. Continuamos aguardando um posicionamento de Brasília, que ainda não fez qualquer contato”, disse o presidente do Conselho Distrital de Saúde Indígena no Estado, Fernando Souza, ao Dourados News.

O vice-capitão da Aldeia Jaguapiru, Laucídio Ribeiro Flores, afirmou à reportagem que ontem representantes dos profissionais de saúde e também lideranças estiveram reunidos com o prefeito Murilo Zauith (PSB), na sede da prefeitura, onde o gestor municipal se comprometeu a ajudar o grupo nas reivindicações em Brasília.

“O prefeito se comprometeu a marcar uma agenda em Brasília na Câmara, no Senado, e na Sesai, e ainda nos ajudaria a conseguir sete passagens de avião para que possamos ir até lá cobrar melhorias na saúde indígena na terça-feira que vem, porque na quarta-feira isso será feito. Estamos confiantes, foi uma ajuda importante para a comunidade ser ouvida”, disse Flores.

Procurada pelo Dourados News a assessoria de comunicação da prefeitura disse não ter conhecimento da reunião, e pediu que a reportagem fizesse contato com o diretor da Comissão de Assuntos Indígenas da prefeitura, Leomar Mariano Silva, que confirmou o contato entre as partes.

“Não foi ontem, mas assim que começou essa mobilização o prefeito se comprometeu a saber o que era e de que modo poderíamos ajudar. Houve um contato da nossa parte e também foi levantada a possibilidade de que ele auxiliasse para conseguir passagens para representantes do protesto. No entanto, a situação é confusa, não sabemos ao certo quais são os reais motivos deste protesto, e o diálogo não evoluiu”, afirmou Silva.

O protesto

A manifestação que acabou gerando o bloqueio da MS-156 e que ainda não chegou ao fim teve



início na segunda-feira, quando a rodovia foi bloqueada nos dois sentidos das 7h às 17h.

O grupo de indígenas e também profissionais de saúde da Sesai pedem maior diálogo com a direção da secretaria em Brasília, e a efetivação de um coordenador do DSEI em Campo Grande que seja indicado pela comunidade indígena.

O protesto se desdobrou por causa dos problemas que os trabalhadores na saúde indígena relatam existir há mais de um ano dentro dos postos de saúde das aldeias do Estado.

Em Dourados, por exemplo, os quatro postos que estão à disposição da população de mais de 13 mil indígenas estariam com atendimento precário, onde os profissionais precisam conviver com a falta de insumos básicos como agulhas, soro, seringas, e medicamentos de uso emergencial, entre outros.



Prefeitura do Rio quer retomar cota para negros e índios em concursos

SÍTIO SLZ NEWS, 19.02.2013

A Prefeitura do Rio de Janeiro tenta retomar a lei que institui reserva para negros e índios 20% das vagas nos concursos públicos do município. Sancionada em 2012, ela foi derrubada na Justiça pouco tempo depois. Na última segunda-feira (17), o Diário Oficial da Câmara Municipal publicou um novo projeto de lei que terá tramitação especial em regime de urgência.

O projeto 666, assinado pelo prefeito Eduardo Paes, seguirá para a avaliação das comissões de Justiça e Redação, de Administração e Assuntos Ligados ao Servidor Público, e de Defesa dos Direitos Humanos.

Ele tem igual teor ao anteriormente aprovado pela Câmara, de autoria do vereador João Mendes de Jesus (PRB), que resultou na Lei 5.401, sancionada pelo prefeito em maio de 2012 e que foi declarada inconstitucional pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio, que considerou que o autor do projeto não poderia ser o Legislativo municipal, mas sim, o Executivo.

Posse para 3,8 mil aprovados

Ainda na segunda-feira (17), quando a Câmara publicava o texto do novo projeto, o Órgão Especial do Tribunal de Justiça julgou procedente o pedido da Prefeitura para empossar os candidatos aprovados no regime de cotas que fizeram concursos antes da declaração de inconstitucionalidade.

Com isso, segundo informou a Casa Civil da Prefeitura do Rio nesta terça-feira (18), poderão ser empossados 3.805 aprovados na reserva de vagas para índios ou negros que aguardavam a convocação. Já foram empossados 418.

Veja quantos aprovados aguardam convocação:

- Secretaria da Casa Civil – 19
- Procuradoria Geral do Município – 374
- Secretaria Municipal de Educação – 559
- Secretaria Municipal de Saúde – 1.520
- Secretaria Municipal de Fazenda – 191
- Guarda Municipal – 1.142

O que diz o projeto

O texto do projeto de lei 666/2014 da Prefeitura do Rio diz que “fica reservado aos negros e índios o percentual correspondente a 20% das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento dos cargos e empregos públicos dos quadros permanentes de pessoal da administração direta e indireta do Município do Rio de Janeiro”.

Segundo o projeto de lei, o candidato deverá declarar expressamente a condição de negro ou índio no ato da inscrição, não podendo fazer a declaração depois da inscrição. Se for detectada
CONT.



a falsidade da declaração, o candidato será eliminado do concurso e terá o ato de admissão anulado, caso tenha sido nomeado.

O candidato que se inscrever na cota de negros ou índios deverá atingir a nota mínima estabelecida para todos os candidatos e atender integralmente a todos os itens e condições especificados no edital.

No caso de desistência por parte de candidato negro ou índio aprovado, a vaga será preenchida por outro candidato negro ou índio, respeitada a ordem de classificação da lista específica, e as vagas reservadas e não preenchidas serão revertidas para os demais candidatos, obedecida a ordem de classificação, explica o projeto de lei.

Ainda de acordo com o texto, o sistema de cotas previsto na lei vigorará por dez anos, "cabendo à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social promover o acompanhamento permanente dos seus resultados".

Lei estadual

Desde julho de 2011, o estado do Rio de Janeiro também possui uma lei semelhante. Segundo balanço enviado ao G1 no ano passado, 2.200 candidatos negros e índios foram ingressaram no serviço público por meio da cota racial em 3 anos.



Polícia Federal prende dois índios e recupera veículo da Sesai em Tacuru

SÍTIO MS NOTÍCIAS, 19.02.2014

A PF (Polícia Federal) de Naviraí com apoio de policiais federais de Ponta Porã, Dourados, Campo Grande e do Paraná, desencadeou na manhã de hoje a Operação Silvo, com o objetivo de realizar cinco mandados de prisão de índios das aldeias Jaguapiré, localizada em Tacuru. Os mandados foram expedidos pela Justiça Federal.

Segundo a PF, a operação visou a restabelecer a ordem pública e permitir a prestação de serviços públicos essenciais nas Aldeias Jaguapiré e Sassoró, suspensos desde o dia sete de janeiro deste ano devido ao ataque por parte dos índios que mantiveram agentes de saúde da Sesai (Secretaria Especial de Saúde Indígena) em cárcere privado o que impossibilitou a continuidade dos trabalhos dos agentes.

Até o momento os policiais conseguiram capturar dois índios e recuperar uma viatura da Sesai.

Heloísa Lazarini



Frente quer punição para deputado por declarações contra índios e gays

SÍTIO AGÊNCIA CÂMARA DE NOTÍCIAS, 19.02.2014

A Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos Humanos reúne-se às 10h30 para discutir o documento que deve apresentar na Corregedoria da Câmara contra o deputado Luiz Carlos Heinze (PP-RS) pelas declarações que ele fez durante uma audiência pública da Comissão de Agricultura, no norte do Rio Grande do Sul. Na gravação, Heinze critica o governo federal e insulta quilombolas, índios e homossexuais. O vídeo foi gravado em novembro do ano passado, mas ganhou repercussão agora, depois de ser divulgado em redes sociais.

Heinze afirma que as declarações foram divulgadas fora do contexto. "Hoje [parece que] os invasores de terra têm os direitos e as pessoas de bem não têm direito nenhum. Em Sananduva, no Rio Grande do Sul, tem um pequeno produtor que foi expulso da sua terra e os índios estão certos?"

O parlamentar disse ainda que denunciou ao ministro da Justiça, à Procuradoria-Geral da República e à Polícia Federal os casos de índios que estão arrendando ilegalmente terras para brancos no Rio Grande do Sul. "[Eles] pegam o dinheiro para si, para sua família e seus amigos. Meia dúzia de gente em cada tribo recebe esse dinheiro. Essa gente presta?", questiona Heinze, que coordena a Frente Parlamentar da Agricultura. "Estou falando desse tipo de gente em relação à questão indígena."

Sobre as declarações sobre homossexuais, Heinze ocupou ontem a tribuna da Câmara para se explicar e pediu desculpas, justificando que não tem nada contra os direitos do grupo.

Mas para a presidente da Frente Parlamentar dos Direitos Humanos, deputada Erika Kokay (PT-DF), as declarações de Heinze ferem o decoro parlamentar. "[Ele] incitou a violência e desqualificou gays, quilombolas e indígenas. É inadmissível que nós possamos encarar que isso é natural."

Ela reafirmou que vai entrar na Corregedoria contra o deputado Luiz Carlos Heinze por quebra decoro parlamentar. "Vamos entrar também no Ministério Público."

Racismo

A Frente de Direitos Humanos também vai discutir os recentes casos de racismo ocorridos no Distrito Federal e o episódio do garoto que foi acorrentado em um poste no Rio de Janeiro.

Na sexta-feira passada (14), em Brasília, a manicure Tássia dos Anjos foi discriminada pela australiana Louise Stephanes Garcia Gaunth, funcionária da Central Energética de Brasília (CEB). Segundo testemunhas, Louise teria dito que não queria ser atendida por uma manicure negra.

No mesmo dia, a cobradora de ônibus Claudinei Gomes foi xingada de "negra ordinária e preta
CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 32./ 2014

Brasília, 19 de fevereiro de 2014.

safada” enquanto trabalhava na Viação Pioneira. Ela foi ofendida por não querer revelar o nome do motorista durante uma pane no ônibus.

A deputada Janete Rocha Pietá (PT-SP), integrante da frente, quer que o governo do Distrito Federal e o Ministério Público do Distrito Federal ofereçam suporte psicológico e advocatício às vítimas. Além disso, ela cobra a punição imediata dos agressores e cobre a implementação da Lei 10.639/03 que obriga todas as escolas a oferecerem o estudo das relações raciais e da cultura afro-brasileira.

A reunião da Frente Parlamentar de Direitos Humanos será realizada no Plenário 16.

Governador da Bahia quer pressa na demarcação e expulsão dos agricultores. "Quem se sentir prejudicado pode entrar na Justiça", diz Jaques Wagner
SÍTIO BLOG QUESTÃO INDÍGENA, 19.02.2014



O governador da Bahia, Jaques Wagner, do PT, disse ontem que a situação de conflito entre a milícia indígena tupinambarana e as Forças do Governo nos municípios de Buerarema, Ilhéus e Una "só será resolvida quando tiver a posição definitiva da Funai e do governo federal, que é a demarcação definitiva". Wagner quer que o Governo conclua o mais rápido possível o processo de demarcação da Terra Indígena Tupinambá de Olivença e retire os agricultores da área demarcada.

Mulatos que se autodeclararam índios da etnia tupinambá reivindicam a posse de mais de 47 mil hectares entre os três municípios do sul do Estado. Na área existem mais de 500 propriedades, a maioria pequenos imóveis, além de quatro assentamentos da reforma agrária.

Na tentativa de apressar o processo de demarcação os indigenóides organizaram milícias e invadiram várias propriedades gerando forte tensão na região. Na segunda-feira da semana passada, o assassinato do pequeno produtor rural Juraci de Santana, um assentado da reforma agrária, gerou revolta dos moradores de Buerarema, que bloquearam a rodovia BR-101 por mais de dez horas no dia seguinte. Juraci vinha denunciando o esquema da Funai de fabricação de índios a partir de autodeclarações.

O Governador Jaques Wagner ponderou ainda que "por enquanto" o que se tem é "o estudo antropológico, que está sendo revisitado para ver qual é a visão definitiva. Essa semana a consultoria jurídica do Ministério da Justiça impugnou o laudo antropológico por suspeita de

CONT.



fraude e exigiu que a Funai refizesse o estudo. A fundação tem 90 dias.

Wagner acredita que depois disso sairá o decreto que será assinado pelo ministro da Justiça e pela presidente Dilma Rousseff. Após o decreto o Governo expulsará todos os não índios da área demarcada como fez na Terra Indígena Marãiwatsédé, no Mato Grosso, e está fazendo agora na Terra Indígena Awá-Guajá, no Maranhão. "Quem se sentir prejudicado pode entrar na Justiça", disse o governador.

Estado de Exceção

Na visão do governador da Bahia, estaria "equacionada no momento" a questão da segurança e ordem na região conflagrada. No início de fevereiro a Presidente Dilma decretou Estado de Exceção na região e autorizou o Exército a atuar com poder de polícia no sul do estado. 524 soldados do Exército desembarcaram em Buerarema.

Investigação

Até o momento, ninguém foi preso pelo assassinado do agricultor Juraci Santana. A Secretaria de Segurança Pública do Estado reforçou as equipes de investigação em Buerarema, inclusive com a presença do diretor do Departamento de Polícia do Interior (Depin), delegado Moisés Damasceno. "Estamos fazendo a investigação sobre o assassinato daquele produtor rural e estamos com a ocupação do local para evitar qualquer tumulto.

O problema em si só será equacionado quando tiver uma sentença final", disse Wagner.

A foto é de Antônio Cruz, da Agência Brasil.

Iasi: a missão cumprida de um guerreiro
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 19.02.2014



Egon Heck/Cimi - Amanhece em Belo Horizonte. Para Iasi já não é como os demais. Normalmente, o dia nem dava os ares de sua graça e o incansável guerreiro se punha de pé, fazia sua reza e dava início a mais uma jornada. Agora, acamado, quando comentei sobre seus 94 anos a serem completados no próximo dia 05 de abril, ele brinca: "Se vivo estiver".

Com a mesma lucidez e perspicácia, sente a vida passar como um filme. "Quando a gente chega com lucidez nessa idade, a vida vai passando na memória da gente como um filme. Me lembro desde os 4 anos". Brinquei com ele: "Imagina que longa metragem de 90 anos!". Ele sorri. Começou a falar da família, da revolução na década de trinta, da casa de comércio de seu pai, da falência, em função da crise financeira, e de sua primeira matrícula num colégio público em São Paulo, aos sete anos de idade.

Passo mais de hora e meia com o sereno lutador, que mesmo com algumas dores não se furta a puxar do fundo do baú de sua existência, fatos e retratos marcantes de quem enfrentou, com ousadia destemida, os inimigos dos povos indígenas, especialmente durante a ditadura militar. Como primeiro secretário executivo do Cimi, eleito em Assembleia (1975), fez, com Egydio Schwade, uma dupla temida pelos militares e poderosos da ditadura.

Por ocasião dos assassinatos dos missionários do Cimi, Pe. Rodolfo e Simão Bororo (1976), e Pe. João Bosco Burnier (outubro de 1976), ele fez duras críticas aos mandantes de tais crimes, "dando nome aos bois" – senadores, deputados, prefeitos, vereadores e fazendeiros. Inclusive o governador do Mato Grosso, classificando Garcia Neto de "o governador do faroeste brasileiro". Pe. Antonio Iasi Junior, afirmou que "quando um xerife acusa, sem escrúpulo e levianamente o clero, como sendo uma corporação infiltrada de comunistas e subversivos, não é de se estranhar que policiais a seus serviço, matem o comunista e subversivo..." (Folha de S.

CONT.



Paulo, 21/10/1976). Diante desse quadro de insanidade e violência Iasi insiste em atitudes enérgicas e decisivas: "Volto a insistir que somente uma intervenção federal pode resolver o estado de violência no Mato Grosso... Só assim poderemos ver prestando contas à Justiça aqueles que matam, mandam matar e ainda permanecem em liberdade" (FSP 21/10/76).

No final do texto "Y Juca Pirama – o índio aquele que deve morrer", do qual foi um dos principais redatores, consta: "O missionário jesuíta Antonio Iasi Junior comentava: 'Os índios estão sempre levando a pior nessa luta em defesa de seus interesses. Chega assumir características de quando em quando de tarefa insuportável. Sinceramente não sei por que existe tanta insensibilidade, tanto egoísmo e tanta podridão entre os que se dizem, em alto e bom som, defensores dos índios'" (Voz do Paraná 14/01/1974).

Iasi se deslocou de Norte a Sul do país identificando e denunciando as graves violações dos direitos dos povos indígenas, especialmente na década de 70, "do milagre brasileiro" e genocídio indígena. Seus relatórios são referências importantes e contundentes até hoje.

Despedida e gratidão

"Leve meu abraço de gratidão a todos os companheiros do Cimi e a todos os amigos", disse-me ele, na despedida. Dito de coração e com serenidade, deixa a gente emocionado e comprometido com o belo gesto.

"Sente dores, vislumbra a morte e com ela brinca. Está sereno. Celebra. Reza. Entrega-se por inteiro nas mãos d'Aquele que foi a razão de seu viver e lutar. Na solidão de um quarto, escondido dos holofotes, vive um dos grandes responsáveis pelo Cimi, pela CPT e pelo sucesso na demarcação de muitas áreas indígenas. As coisas de Deus apreciam o silêncio. Falam por si! Que a paixão do Iasi contribua para a ressurreição dos povos indígenas!" Assim se refere ao Iasi um de seus grandes amigos, Waldemar Bettio, ao compartilhar no meio indigenista, notícias sobre esse baluarte da causa indígena.

Nós, do Cimi, somos muito gratos a esse missionário indigenista, testemunha e batalhador destemido pela vida e direitos dos povos indígenas do Brasil.



Um aviso aos defensores do Progresso e aos povos do Tapajós

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 19.02.2014

“O que está ocorrendo hoje no rio Madeira é um prenúncio do que vai acontecer no rio Xingu, no rio Teles Pires e também na bacia do rio Tapajós. As populações desses rios não podem fechar os olhos e enterrar a cabeça no travesseiro(...)”, escreve Edilberto Sena, padre coordenador geral da Rádio Rural de Santarém, presidente da Rede Notícias da Amazônia – RNA e membro da Frente em Defesa da Amazônia – FDA. Eis o artigo

IHU On-Line – Isso mesmo, um alerta aos que aplaudem a estratégia do ambicioso incompetente ministro das minas e energia, Edson Lobão, marionete do feudalista José Sarney. Também um alerta aos que pensam que as hidroelétricas destruindo a Amazônia são necessárias ao crescimento econômico do Brasil e seu desenvolvimento. As duas hidroelétricas do rio Madeira, já em funcionamento quase concluído, estão aí provocando mais desastres às populações ribeirinhas e à própria capital Porto Velho. Os jornais confirmam a situação dramática.

Aqui um depoimento do G1. Jornal Hoje, 14.02.2014 – Notícias de Rondônia: “Em RO, água que sai das comportas de usinas aumenta força da correnteza. As ondas formadas pela força da correnteza (banzeiro) do Rio Madeira ficaram mais fortes, a partir da abertura das comportas das usinas hidrelétricas Santo Antônio e Jirau, segundo a Companhia de Pesquisas de Recursos Minerais (CPRM). No entanto, apesar de muitos moradores das áreas alagadas culparem os dois empreendimentos pela cheia do rio, a CPRM diz que este é um fenômeno natural e está sendo monitorado diariamente. As duas usinas negam qualquer influência na cheia do rio”.

“A água, de fato, sai mais forte dos vertedouros, mas até que ponto ela consegue se estabilizar isso nós não podemos dizer”, afirma Francisco de Assis dos Reis Barbosa, engenheiro hidrólogo do CPRM, que ressalta que próximo às comportas das usinas, a água é mais forte e ao longo do rio vai se espalhando e normalizando. Mas, frisa que não é possível dizer se há realmente alguma influência das usinas sobre o rio”.

As empresas das duas usinas tentam desviar as atenções da população para as causas dos desastres, dizendo que o excesso de água é devido a enchente do rio Madeira, causada pelos andes bolivianos. No entanto, a empresa de Jirau acusa internamente a empresa da usina Santo Antônio de ter ampliado sua barragem, acima de 75 metros de altura, causando crescimento do lago e transtornando os trabalhos de sua usina, que fica 110 quilômetros distante da primeira, que fica em frente a cidade de Porto Velho. Os estragos são alarmantes. O mesmo G1. Jornal hoje atesta:

“Porto Velho tem 345 famílias retiradas das casas; o rio avança 20 cm em 12h . O Nível do rio está a 14 centímetros da marca histórica registrada em 1997.

CONT.



Prefeitura tem apoio de igrejas, aluga apartamentos e pede ajuda às usinas. Dez bairros foram atingidos em PortoVelho e a água ameaça chegar ao centro da cidade. Centro e trinta famílias já foram retiradas das casas e levadas para abrigos. Comunidades ribeirinhas ao longo do rio estão completamente inundadas”.

O governo federal silencia, seus serviços do Ministério das Minas e Energia não sabem o que dizer e fazem de conta que aquilo é problema dos consórcios empreiteiros. O Lobão faz de conta que aquilo é apenas um detalhe negativo de duas obras magníficas. Mas a natureza Amazônia reage e avisa que toda ação, especialmente as mais irresponsáveis, têm reação sem retorno.

O que está ocorrendo hoje no rio Madeira é um prenúncio do que vai acontecer no rio Xingu, no rio Teles Pires e também na bacia do rio Tapajós. As populações desses rios não podem fechar os olhos e enterrar a cabeça no travesseiro, como se aqui não acontecerá, porque o pessoal da Eletronorte garante que as usinas no Tapajós serão todas a fio d'água. Como serão a fio d'água, se já a barragem de São Luiz do Tapajós terá altura de 36 metros? E se serão mais seis barragens ao longo do belo rio ameaçado?

Os exemplos do rio Madeira, onde as falácias do governo federal dizem que são hidroelétricas a fio d'água e os desastres sociais e ambientais já se manifestam, revelam a irresponsabilidade, tanto do Ministro das Minas e Energia, quanto da presidente da república, que insistem em manipular leis e Constituição para construir dezenas de hidroelétricas numa bacia Amazônia sensível e inadequada para tal megalomania.

As populações da bacia do Tapajós estão alertadas. Não podem continuar de braços cruzados, festejando copa do mundo, quando a barba do vizinho está no fogo. E não podem essas populações esperar que apenas o povo Munduruku enfrente a Força Nacional da presidente. Só unidos podemos resistir e precisa ser logo antes que seja tarde demais.



Carta Aberta do GTA/RO: Assembleia Legislativa aprova o fim da Resex Jaci-Paraná e vai consolidando processo de destruição das florestas de Rondônia
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 19.02.2014

Carta aberta Grupo de Trabalho Amazônico –GTA/RO: Assembleia Legislativa de Rondônia aprova o fim da Reserva Extrativista Jaci-Paraná e vai se consolidando o processo de destruição das florestas de Rondônia

Em afronta a uma decisão judicial para retirar invasores, no dia 11/02/14, a Assembleia Legislativa de Rondônia aprovou, a toque de caixa, o Projeto de Decreto Legislativo n.º 143/14, acabando com a Reserva Extrativista (RESEX) Jaci-Paraná (199.623,20 ha).

Nas duas últimas décadas, foram em vão as inúmeras denúncias e apelos formulados pela Organização dos Seringueiros de Rondônia – OSR e associações de seringueiros aos órgãos públicos competentes.

Para tentar controlar a invasão, os seringueiros chegaram a aceitar a proposta de uma empresa de fazer um plano de manejo florestal no sul da reserva, próximo a Buritis. Após a invasão da primeira área que iriam manejar na divisa, o plano de manejo foi implantado mais interiorizado e mesmo assim foi invadido por madeireiros sendo que os seringueiros tiveram que fugir da área. A gota d'água foi uma emboscada no Rio Jaci-Paraná, onde o seringueiro que pilotava uma voadeira foi alvejado e conseguiu se salvar mergulhando e escondendo-se na vegetação; seus algozes pensaram que ele tinha morrido. Nos anos seguintes a invasão explodiu e até mesmo as casas dos seringueiros eram queimadas para esconder a grilagem de suas terras.

Em Rondônia, os poucos remanescentes de populações tradicionais ribeirinhas e extrativistas que ainda resistem na floresta, sofrem contínuo assédio e opressão de invasores. Além de pescadores, as áreas em contato com loteamentos/fazendas, são fustigadas por madeireiros, caçadores e grileiros de terras, via de regra, acompanhada de ameaças de morte. Na mesma semana que os parlamentares desafetavam a RESEX Jaci-Paraná, um morador da RESEX Aquariquara foi assassinado e provavelmente vai se juntar a outros casos de assassinatos em RESEX impunes em Rondônia.

O processo de grilagem de terras da RESEX Jaci-Paraná, obedece à tática de "crime organizado" que está destruindo várias unidades de conservação do Estado. A indústria madeireira instalada em Rondônia, em número muito maior que o de florestas disponíveis, sobrevive em boa proporção de madeiras roubadas de unidades de conservação e terras indígenas, com toda sorte de fraudes e conivências para esquentar madeiras. No caso da RESEX Jaci-Paraná, além de madeireiras licenciadas vizinhas a RESEX, os madeireiros foram saqueando madeiras e no seu rastro deu-se a invasão por grileiros.

A posse das terras, via de regra, se dá com a invasão em grande número de pessoas que

CONT.



destroem a floresta, vendem as madeiras, semeiam o capim e ficam de fora, incendiando anualmente a área. De um a dois anos, é possível transformar uma vasta região de floresta em fazendas pecuárias, e eles apostam na lógica do fato consumado, onde, destruir floresta é aceito como "benfeitoria". É difícil responsabilizar os autores, uma vez que os grandes em geral agem com prepostos e mesmo os pequenos nos primeiros anos entram esporadicamente na reserva e em geral impera a "lei do silêncio", sendo corrente o jargão mafioso "quem dedurar morre".

Outro procedimento corrente nas duas últimas décadas é o enfrentamento com os órgãos de fiscalização, que em razão da agressividade dos invasores, demanda grandes contingentes de servidores nas missões (ambiental, policial e/ou exército), tornando caras e raras as fiscalizações.

Na RESEX Jaci-Paraná foram reproduzidas as mesmas táticas empregadas anteriormente para destruir boa parte da vizinha Floresta Nacional do Bom Futuro, hoje em parte transformada em Área de Proteção Ambiental – APA, que de APA não tem nada; a maior parte são fazendas de pecuária de corte e o restante lotes de pequenos produtores, que continuam dizimando as florestas remanescentes impunemente.

Cabe destacar, que parte da invasão da reserva extrativista partiu do interior da FLONA/APA Bom Futuro.

A frente parlamentar da grilagem em Rondônia emprega um discurso falacioso de que são pequenos produtores, mas há informações de que tal qual na Flona Bom Futuro, a maior parte das terras da RESEX Jaci-Paraná foram apossadas por fazendeiros, que grilaram as mesmas para pecuária de corte ou especulação fundiária. Basta uma análise na dinâmica do desmatamento da reserva, com inúmeros desmates anuais com polígonos de mais de 100 ha. Pelos menos uma dezena de imóveis tem mais de mil cabeças de gado bovino e várias dezenas de posses têm uma ou mais centenas de cabeças, ou seja, não se trata de pequenos produtores de origem humilde.

Como toda atividade de crime organizado, muitas fazendas estão divididas artificialmente para "enganar" os órgãos públicos, assim como, é frequente o uso de nome de "laranjas", que acobertam os nomes de gente graúda que estão participando do butim, incluindo políticos ou seus parentes. Há muitas posses em nome de mulheres, no caso "companheiras", para ocultar os maridos (proprietários, empresários, funcionários públicos) ou já beneficiários de terras públicas.

Em tempos de mudanças climáticas contundentes, efeito estufa, é impressionante como os políticos de Rondônia fazem apologia à destruição da floresta e a invasão de unidades de conservação e tratam criminosos ambientais como heróis. É só ver as imagens de satélite no Google Earth, para constatar que Rondônia abriga a maior área contínua de capim em área desflorestada da Amazônia internacional.

Nos mandatos de governador entre 2003 a 2010, ficava implícito o apoio aos invasores de unidades de conservação e áreas protegidas, contudo que houve uma explosão de invasões e

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 32./ 2014

Brasília, 19 de fevereiro de 2014.

desmatamentos nas reservas. A exemplo, segundo dados do Programa Prodes, a Reserva Extrativista Jaci-Paraná, saltou de um patamar de aproximadamente 1.500 hectares desmatados em 2002 para aproximadamente 55.000 hectares até 2012, tendo seus picos de desmatamento entre os anos de 2003 a 2010. No período, além de uma fantástica geração de créditos virtuais de madeiras no estado, foram emitidos cadastros para invasores da RESEX Jaci-Paraná e algumas outras reservas estaduais, entendido pelos invasores como reconhecimento de suas posses e consequentemente estimulando novas invasões. Por sua vez, os prefeitos colocam escolas, arrumam estradas e pontes, ou seja, em Rondônia a invasão de unidades de conservação é praticamente oficializada.

Neste ano eleitoral, o prêmio aos que invadiram a RESEX Jaci-Paraná é só o começo, a frente parlamentar da grilagem quer liquidar com várias unidades de conservação na 3ª aproximação do zoneamento (ZEE-RO), ou, transformar as reservas de interesse dos grileiros em APAs, onde além de premiar os invasores com o domínio da terra, o desmatamento é mais tolerado que em projeto de colonização. O zoneamento estadual ao invés de cumprir seu propósito de ser um instrumento de planejamento das políticas públicas, está cumprindo a sina de reservar grandes áreas para a grilagem e politicagem, como dizem alguns ruralistas, "foi financiado pelo Banco Mundial para inglês ver".

O pior de tudo, é que os grupos madeireiro/pecuarista que estão destruindo as florestas e unidades de conservação de Rondônia, estão avançando para todo o Sul do Amazonas (de Lábrea a Apuí) e BR 319; não é a toa que alguns membros da bancada ruralista de Rondônia estão na linha de frente pelo asfaltamento da BR 319, prenunciando uma nova frente para madeiras nômades, formação de fazendas pecuárias e marginalização das comunidades tradicionais.

Enquanto "destruição de floresta em áreas protegidas" for tratada como benfeitoria e invasores ao invés de serem obrigados a recuperar os danos, forem premiados com a posse das terras, não há perspectiva para as unidades de conservação neste país.

A rede GTA é formada por 20 coletivos regionais em nove estados brasileiros, envolvendo mais de 600 entidades representativas de agricultores, seringueiros, indígenas, quilombolas, entidades ambientalistas, de direitos humanos, etc. A rede GTA, repudia o ato legislativo sendo solidária às lutas dos Seringueiros de Rondônia. Solicita ao Governo do Estado de Rondônia e a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Ambiental – SEDAM, um posicionamento oficial quanto aos fatos recentes narrados nesta carta.

Porto Velho, 18 de fevereiro de 2014.

Enviada para Combate Racismo Ambiental por Marcelo Ferronato.